



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Campus Marechal Cândido Rondon
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
LABORATÓRIO DE PESQUISA HISTÓRIA E PODER**



**ANAIS
III COLÓQUIO DE PESQUISA ESTADO
E PODER
Tempos e Espaços de pandemia
(Resumos Expandidos)**



Gloriosa Victoria – Diego Rivera (1954)

De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

Evento por via Remota

Marechal Cândido Rondon – Paraná



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

ANAIS DO III COLÓQUIO DE PESQUISA ESTADO E PODER. Tempos e Espaços de Pandemia (Resumos Expandidos). Organização: Carla Luciana Silva, Daniela de Jesus Ferreira, Léia Patek, Mayara Balestro, Roberta Lisana Rocha Santos, Rui Marcos Moura Lima. ISBN:978-65-00-15940-0. Evento por via Remota.

**Linha de Pesquisa Estado e Poder
Grupo de Pesquisa História e Poder**



SECRETARIA

**Laboratório de Pesquisa Estado e Poder
UNIOESTE - Campus Marechal Rondon**
coloquiodesquisaestadoepoder@gmail.com

III COLÓQUIO DE PESQUISA ESTADO E PODER

Tempos e Espaços de Pandemia

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carla Luciana Silva, Daniela de Jesus Ferreira, Gilberto Calil, Léia Patek, Mayara Balestro, Roberta Lisana Rocha Santos, Rui Marcos Moura Lima

Realização

Linha de Pesquisa Estado e Poder, Grupo de Pesquisa História e Poder Laboratório de Pesquisa Estado e Poder



Todos os trabalhos que compõem estes anais são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à comissão organizadora do evento



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

APRESENTAÇÃO

O III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder: Tempos e Espaços de Pandemia é um evento promovido pelo Laboratório de Pesquisa História e Poder e pela Linha de Pesquisa *Estado e Poder* do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. Em sua terceira edição o evento visa promover um diálogo entre pesquisadores cujo enfoque de suas pesquisas estejam amparadas em categorias analíticas, tais como, intelectuais, aparelhos privados de hegemonia, Estado ampliado, autocracia burguesa, capitalismo dependente, dentre outros, relacionando-os a debates sobre movimentos sociais como a questão da terra, ascensão da nova direita, educação, ditadura, democracias e, especialmente, o cenário mundial de pandemia (Covid-19) que tem marcado as relações políticas, econômicas e sociais em todo o mundo e, numa escala mais catastrófica, no Brasil.

Pensar os impactos da pandemia da Covid-19, neste momento, se torna imperioso, uma vez que afeta diretamente a classe trabalhadora, tendo em vista, o aumento generalizado do desemprego e o acirramento da precarização das relações de trabalho. Há que constar a condição de milhares de educadores dos mais diversos segmentos educacionais do país, que se viu na emergência de pensar uma educação sob condições ainda mais precarizadas, se utilizando de recursos próprios, transmutadas em “aulas remotas”, frente às medidas de distanciamento social que a crise da Covid-19 implica. Cabe salientar que este evento será realizado, também por vias remotas, porque compreendemos que no cenário que nos está colocado, de ataques à ciência, à educação, aos serviços públicos e as próprias lutas sociais, se impõe ainda mais a necessidade de dar continuidade às pesquisas científicas e às reflexões acerca do cenário que nos rodeia. Este evento, portanto, tem a finalidade de reunir pesquisadores que se debruçam sobre as mais variadas problemáticas para analisar e refletir tempos e espaços em meio ao cenário de pandemia.

A organização do evento é responsabilidade dos docentes e discentes vinculados à Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais (PPGH), do Grupo de Pesquisa, História e Poder e Laboratório de Pesquisa Estado e Poder que integram pesquisadores (doutorandos, mestrandos, graduandos, bolsistas, professores da rede estadual de ensino fundamental e médio e outros pesquisadores).



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

O colóquio de pesquisa Estado e Poder ocorre desde 2016, tem periodicidade bianual e visa promover o debate das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa, visando a troca de conhecimento e o bom andamento das investigações. A temática central desta edição contou com sessões que vão do debate sobre fascismo, comunismo e anticomunismo; ditaduras e lutas sociais; educação e resistência; às formas de dominação do Estado no Brasil contemporâneo; ascensão do bolsonarismo; a relação entre história, psicanálise e consenso das massas e a questão agrária no Brasil, tratados sob distintos aspectos e perspectivas.

Este colóquio foi constituído por oito sessões temáticas, realizadas quinzenalmente entre 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020, nas quartas e quintas-feiras, às 19 horas. Conforme sinalizado anteriormente, este evento foi realizado via modalidade remota, o que significou um esforço ainda maior dos organizadores e daqueles que se dispuseram a participar das sessões para debater suas respectivas pesquisas. Do mesmo modo, o evento, de acesso gratuito, não contou com apoio de nenhuma agência de fomento do país, o que tornou sua realização fruto do empenho e da disposição de todos aqueles que integram o Laboratório de Pesquisa Estado e Poder e que acreditam que a educação e a produção do conhecimento ainda é um dos poucos caminhos de transformação da realidade que nos cerca.

O conjunto de trabalhos que integram estes anais é fruto de um esforço coletivo, em que vários pesquisadores, em meio às condições adversas que a pandemia impôs se dispuseram a colocar no centro do debate, indagações e elaborações oriundas de suas pesquisas já consolidadas ou ainda em andamento.

Convidamos os nossos leitores a reflexão e ao debate diante de temáticas imprescindíveis, frente ao cenário que nos está colocado nestes “tempos e espaços de pandemia”.

Comissão Organizadora



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

SUMÁRIO

A relação entre as teorias psicanalíticas e o surrealismo no entreguerras do ocidente europeu/ Amanda Luisa Künast Krummenauer	7
Leituras comunistas na Bahia (1928-1946)/ Daniela de Jesus Ferreira	14
Protagonistas da resistência: A atuação de mulheres nos grupos de luta armada contra a Ditadura de Segurança Nacional (1967-2014)/ Débora Campani Chagas	18
A lógica pluralista do jornalismo na folha de são paulo: as jornadas de junho e as manifestações pró golpe/Guilherme Henrique Piaz Paslauski	25
Terra, poder e cooperativismo no oeste do paraná: O caso da Coopavel/ Terra, poder cooperativismo no oeste do paraná: O caso da Coopavel/ Irene Spies Adamy	28
Debates sobre a psicologia de massas do fascismo: S. Freud, W. Reich e T. Adorno/ Mariano Sanches.....	36
Os regimes de historicidades nas histórias em quadrinhos/ Maristela Solda	43
Brasil Paralelo”: de aparelho-empresa � porta-voz da extrema direita no Brasil contemporâneo (2016-2020)/ Mayara Balestro	49
Conflitos acerca da demarca�o de terras indígenas/ Nilva Lenz Zimmermann	54
Anticomunismo, americanismo e democracia na imprensa baiana (1945-1947)/ Roberta Lisana Rocha Santos	59
Revolu�o burguesa, autocracia e história: a transi�o conservadora revisitada/ Samuel Fernando da Silva Junior	65
M�dia, consenso e memes/ Vanile Cassimiro da Silva	74
As universidades brasileiras na ditadura: um projeto autocrático de “desenvolvimento com segurança”/ Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira	79



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**A RELAÇÃO ENTRE AS TEORIAS PSICANALÍTICAS E O SURREALISMO NO
ENTREGUERRAS DO OCIDENTE EUROPEU**

Amanda Luisa Künast Krummenauer¹

Palavras-Chave: Surrealismo. Psicanálise. Fascismo. Magritte.

Introdução

O resumo em questão é derivado do Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo desenvolvido com o intuito de compreender a relação entre o movimento artístico Surrealismo com as teorias psicanalíticas, especialmente freudianas, que estavam ganhando espaço no período dos anos 1920, 1930 e 1940, no ocidente europeu. Esse período ficou marcado pelo aspecto conservador de uma sociedade em processo de fascistização, possibilitando uma má recepção, tanto das teorias freudianas mal interpretadas, quanto do movimento surrealista. Os objetivos permeiam perceber as obras de arte como uma expressão da compreensão subjetiva da realidade do artista, além da atemporalidade das produções que, por tratarem de temas naturais aos seres humanos, possuem essa qualidade.

Metodologia

Como existem muitos conceitos importantes da psicanálise, o autor escolhido que embasa grande parte do trabalho é o médico neurologista e fundador da psicanálise Sigmund Freud, que em 1930 publica o livro intitulado “O mal-estar da civilização”. Nesta obra, ele investiga as origens da infelicidade que podem ser três: “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (FREUD, 2011, P. 30). O conflito entre indivíduo e sociedade e, ainda, a configuração da vida “civilizada” é o que permeia sua obra e o que buscarei trazer, de certa forma, à pesquisa. Portanto, tratamos o mal-estar da civilização como uma onda de infelicidade ocasionada pelas pressões que a sociedade civilizada exerce sobre o indivíduo, onde por não

¹ Graduanda do curso de história da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná. E-mail: amandaluisakrummenauer@gmail.com.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

poder usufruir de seus desejos naturais (como os instintos libidinais e agressivos), sente-se reprimido e infeliz, buscando formas de aliviar essa tensão—neste caso, a arte. Para a análise da fonte, que é a tela intitulada “Os amantes II” de René Magritte (1928), foram separados os artigos dos curadores do museu onde ela está exposta, além da leitura sobre as características do próprio movimento, que são essenciais para a desmistificação e avaliação da obra de arte.

Resultados e discussão

René Magritte (1898-1967) foi um pintor e ilustrador belga que, ao lado de artistas como André Breton, Salvador Dalí e Marcel Duchamp, expôs muitas obras produzidas dentro do movimento artístico surrealista, inclusive “Os amantes II”, de 1928, que faz parte de um projeto com mais três telas nesse estilo. Escolhemos essa tela como fonte porque ela sempre chamou a atenção pelo contraste: um cenário belo, calmo, muito verde e com o mar ao fundo, o casal abraçado quase como posando para uma fotografia, e os panos no rosto. Esses panos passam uma sensação de muito incômodo, e é uma das maiores indagações dos críticos de arte que se propõem a analisar Magritte. Mas para entender o que essa tela tem de importante, é necessário conhecer o surrealismo mais a fundo.

O surrealismo é um movimento artístico e filosófico que surgiu em 1924 em Paris, encabeçado por André Breton. Ele compreende diversos artistas muito importantes pra história da arte moderna, seja na pintura, poesia, cinema, etc., como André Breton, Salvador Dalí, René Magritte, Guillaume Apollinaire, Henri Bresson, Marcel Duchamp, Miró, entre outros. Quando pensamos acriticamente na palavra surrealismo, somos levados a imaginar produções surreais e ilógicas, mas isso não condiz com o que é surrealismo. A expressão surreal vem do francês *surréal*, que significa a superação do real (LAROUSSE, 2019), quase como uma verdade que transpassa àquilo que a gente vê. O psicólogo Cláudio Limeira diz em sua dissertação: “o surrealismo não significa o contrário do realismo, mas sim **para além** do realismo. Surrealismo, portanto, conceitualmente falando, não tem a ver com realidade ao contrário, loucura ou devaneio” (2010, p. 32, grifos nossos).

**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**



FIGURA 1. Os amantes 2. René Magritte, 1928

Fonte: Acervo digital da Galeria Nacional da Austrália.

Posto isso, podemos encontrar o incômodo central dos artistas que se movimentaram para criar essa arte: a realidade. Dentro de um contexto entreguerras, de crise econômica e social, de ascensão de dois pólos políticos com o partido fascista de Mussolini e a Revolução Russa, com os horrores vividos pessoalmente pelos artistas nos frentes de batalha e todos aqueles conhecidos mortos ou perseguidos, houve uma situação que incomodou ainda mais: as regras sociais. Essas regras são todos esses conhecimentos, leis, formas de se portar, etiqueta, ideais e padrões que até hoje precisamos seguir ao conviver em sociedade. É necessário lembrar que no entreguerras, especialmente na Europa ocidental, sentia-se com força o impacto dos ideais fascistas na sociedade, muito antes do partido se consolidar e Mussolini assumir a Itália. Esses padrões, que por falta de palavra melhor chamamos de conservadores, eram responsáveis por criar ações controladas, papéis sociais e artes censuradas, e isso incomodou uma legião de



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

artistas que não viam aspecto positivo em tanta repressão. Um padrão deveria ser seguido, mas este não levava em consideração a individualidade do ser: propagava-se o ideal de Estado enquanto nação homogênea, sem levar em consideração que dentro dela encontramos várias pessoas diferentes, seja na forma de pensar, agir, em sua cultura, etnia, sexualidade, compreensão de arte, política, etc. Essa repressão da subjetividade promovida pelo contexto, o “esquecimento”² do indivíduo, foi o motor do surgimento de variadas expressões artísticas modernas, como o dadaísmo, o cubismo e o expressionismo, mas destacamos o surrealismo por obter um diferencial, não encontrado nos outros movimentos. Através dele foi proposta uma arte que exalte a subjetividade através dos sonhos e do inconsciente.

Esse sonho para a psicanálise é expressão do inconsciente da mente, que por sua vez é a parcela da psique que fica escondida da consciência e que não se pode perceber exceto pelos sonhos (que são códigos para nossos desejos reprimidos) e alguns lapsos do dia a dia. Não se pode acessá-lo por meio racional, mas isso não impediu os surrealistas de tentarem, porque eles acreditavam que é nesse inconsciente em que os indivíduos são naturais, onde não chega nenhuma regra social e são completamente livre de censuras (tanto da sociedade como internas, visto que, enquanto o ser humano convive com outras pessoas, se censura para não agir ou falar de determinada forma, mesmo que a vontade seja grande). Por isso desenvolveram várias técnicas de pintura e escrita para tentar produzir uma arte que venha do Eu puro, como o automatismo psíquico, a paranóia crítica, o *cadavre exquis*, o *frottage*, a decalcomania, *objet trouvé*, entre outros.

Mas o que existe neste inconsciente que os surrealistas tanto queriam acessar? Sigmund Freud, o médico precursor da psicanálise, analisa que no inconsciente existem dois instintos que movem o ser humano: o instinto libidinal e instinto agressivo. Esses dois instintos ou pulsões são contrários, mas também se complementam, gerando um conflito que necessita de equilíbrio, e é esse equilíbrio que, para Freud, é a finalidade da vida e promove aquilo que todos nós buscamos: a felicidade. Isso porque o instinto libidinal é um instinto agregador, que

² Chamamos de esquecimento o processo de apagamento do indivíduo durante o processo de fascistização da Europa. Ao propor um ideal de nação homogêneo, as diferenças individuais são apagadas e “esquecidas”, pois facilita a construção de uma unidade nacional que seja mais fácil de gerir e com menos impasses para resolver.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

impulsiona o ser a buscar relações e conviver em sociedade, enquanto o instinto agressivo promove a destruição, violência e raiva. E enquanto há vida, essas duas pulsões lutam no inconsciente. Então, ao mesmo tempo que se deseja estar em sociedade, também se necessita sair dela.

E porque o ser humano não libera esses dois instintos? Por causa das regras de convívio em sociedade. Elas são criadas para manter uma ordem e impedem essa liberação, que o próprio Freud analisa como benéfica em certa medida, afinal, toda a violência que uma pessoa causa à outra, pode ser direcionada a ela também. Então existe a necessidade dessas regras para um convívio com o mínimo de paz, onde os indivíduos se autocensuram para evitar esses desconfortos que podem ser trazidos caso aja a desobediência de leis ou regras. Mas essa super repressão causada pelo contexto fascista não permitia o mínimo de escape dessas tensões, e isso gerou um mal-estar (que Freud chamará de Mal Estar na Civilização) que se propaga pela sociedade, já que por ser um processo natural à biologia do ser humano, todos passavam por essa luta, generalizando um sentimento de tristeza. É visto que essa super repressão dos instintos não é culpa do fascismo em si, hoje mesmo, no nosso dia a dia, lutamos diariamente para reprimir nossos instintos. Essas regras, então, são benéficas em parte porque nos preservamos, à nossa vida e bem estar físico, e também preservamos o outro, mas incomoda na medida em que não podemos ser quem verdadeiramente somos em nossa biologia, nossa psique.

Resgatando a obra *Os Amantes II*, podemos propor uma análise sobre as relações entre os indivíduos na medida em que, como somos censurados por nós mesmos e pelas imposições sociais, nunca seremos totalmente verdadeiros, nem mesmo com aqueles mais chegados. E essa é uma das razões porque a arte é atemporal, principalmente as obras surrealistas: porque como a psique faz parte da biologia humana, com raras exceções, independente de período e localidade, podemos sofrer com as mesmas regras e censuras, quando pensamos nestes instintos locados no inconsciente. Não seremos anacrônicos: em cada momento os seres são influenciados de formas diferentes, derivado de suas experiências e contexto histórico. O que afirmamos é que este sofrimento causado pelas pulsões instintuais é natural, e enquanto o surrealismo abordar algo que é natural a todos os indivíduos, suas obras estarão representando impasses e desconfortos sentidos tanto pelo século XX quanto de outras temporalidades.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Mas existem outras teorias mais voltadas à análise do conteúdo e do artista, como a divulgada pela galeria que comporta essa tela de Magritte, na Austrália. Segundo seus curadores, sempre perguntavam se o pano no rosto de seus personagens tinha a ver com a morte de sua mãe por afogamento, que foi encontrada com sua camisola enrolada no rosto, mas Magritte nunca expressava seu intuito com as obras, negando até mesmo que fossem fruto de neuroses íntimas, afirmando que “Minhas pinturas são imagens visíveis que não escondem nada, elas evocam mistérios. Quando as pessoas veem uma de minhas pinturas, elas se fazem essa pergunta simples: O que isso significa? Não significa nada, porque o mistério também não significa nada, é desconhecido” (NGA, 2010).

Outra versão ainda aponta que o pintor e outros surrealistas eram fascinados pelo personagem francês de histórias em quadrinhos Fantômas, criado em 1911, que era um sociopata assassino e que, segundo descrição, matava sem escrúpulos. Por coincidência ou não, nunca revelou sua identidade por detrás da máscara de caveira que usava, o que pode representar o desejo agressivo trazido à tona em sua condição mais natural. Seja qual for a interpretação dada, nos é clara a intenção do pintor de trazer à tona o sentimento de solidão propagado pela sociedade em meios de se tornar fascista, onde nem mesmo os amantes se conheciam a fundo e eram percebidos dentro de uma massa sem rosto e anônima como a do entreguerras.

Referências

BRETON, A. **Manifesto do Surrealismo**. 1924. Disponível em: <https://www.colegiodearquitetos.com.br/wp-content/uploads/2017/03/Manifesto-de-breton.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FREUD, S. **Psicologia das Massas e a Análise do eu**. Porto Alegre: L&pm, 2013.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

LIMEIRA, C. de S. **Psicanálise e surrealismo: uma análise lacaniana do método paranóico-crítico de Salvador Dalí**. 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NAZARIO, L. Quadro histórico do surrealismo. In: GUINSBURG, J.; LEIRNER, S. (org.). **O surrealismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008. P. 21-51.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

NGA. **Les Amants (the lovers), 1928**. Canberra: Galeria Nacional da Austrália, 2010. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2020.

RIVERA, T. **Arte e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SURRÉEL. In: LAROUSSE. Dictionnaires de français. Paris: Larousse, 2019. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/surr%C3%A9el-surr%C3%A9elle/75858>. Acesso em: 28 de fev. de 2019.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

LEITURAS COMUNISTAS NA BAHIA (1928-1946)

Daniela de Jesus Ferreira³

Palavras-chave: Leitura, comunismo, Partido Comunista do Brasil.

Introdução

Neste resumo apresentarei elementos iniciais da pesquisa que está em desenvolvimento no doutorado. O interesse pelo tema surgiu por causa do estudo da revista baiana antifascista *Seiva* que foi desenvolvido no mestrado. A partir da análise do mensário, inúmeras problemáticas surgiram e permitiram avançar na discussão sobre o papel da leitura na formação dos militantes do Partido Comunista do Brasil, na Bahia.

O objetivo da pesquisa é identificar as leituras e como elas contribuíram para formar homens e mulheres políticos e militantes inspirados na revolução russa que teve seus ecos no país. O que confirma a influência no Brasil quando Joaquim Q. de Moraes (1995, p.56) argumenta que só depois do “[...] anarquismo operário e do positivismo intelectual os mais entusiastas e determinados passaram ao comunismo”, logicamente, influenciados pela Revolução de Outubro de 1917. Cabe ressaltar que no período estudado existia dificuldade de acesso a determinados textos por causa da tradução, mercado editorial ou pela censura.

Por que estudar a leitura e seus desdobramentos? Primeiro por entender o papel significativo que a leitura possui na vida das pessoas. Seja para um moleiro como estudou Ginzburg, ou na revolução francesa como estudou Darnton. Ler ou não ler estava relacionada também a questão de poder como afirmou Abreu:

O repúdio ou estímulo a leitura só podem ser compreendidos se forem examinados os objetos que se tomam para ler e sua relação com questões políticas, estéticas, morais ou religiosas nos diferentes tempos e lugares em que homes e mulheres, sozinhos ou acompanhados, debruçaram-se sobre textos escritos (ABREU, 1998, p.15)

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: dan-his@hotmail.com



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

Por isso não é possível negligenciar as experiências dos sujeitos que estão sendo investigados, principalmente, por causa da classe social que cada um pertencia que influenciava no acesso a diversidade de leituras. Ler para aprender, ler para compreender, ler para enfrentar as desigualdades sociais, muitos são os caminhos que as leituras proporcionam, entre eles o comunismo que foi a escolha dos sujeitos investigados.

As ideias não podem ser desencarnadas dos seus produtores, da experiência vivida coletivamente. Uma história preocupada com as letras não pode perder de vista sua interlocução com a trajetória dos homens e das mulheres, as relações sociais devem ser levadas em consideração

O marco cronológico estabelecido está relacionado as experiências iniciais dos sujeitos investigados na pesquisa seja na participação em revistas ou grupos que discutiam política como a *Academia dos Rebeldes* qual Jorge Amado fez parte na juventude. Deste modo, compreender a história não só dos sujeitos, mas do PCB nesta temporalidade se faz necessário para identificar a importância que a leitura tem na vida de cada sujeito individualmente e coletivamente. Estudamos o percurso de alguns militantes como Jacinta Passos, João Falcão, Aristeu Nogueira, Edson Carneiro, Jorge Amado e Jacob Gorender por causa da trajetória significativa aliada as letras que produziram e que disseminaram.

Metodologia

A leitura “assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, (...) para tomar conhecimento dos acontecimentos dos seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir” (DARNTON, 1992, p.212). Neste percurso histórico humano em que a leitura é vista ora como criadora, ora como perturbadora, homens e mulheres vivenciaram dificuldades no ato livre de ler.

Ao contrário do que hoje fazemos, sucederam-se, ao longo da história diversos movimentos para afastar as pessoas da leitura, vista como grande perigo. A ideia de que os livros eram portadores de um “veneno lento que corre nas veias” esteve



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

subjacente a variados movimentos de interdição de leitura. Os desejos de proscree-la ancoram-se nas justificativas mais variadas. (ABREU, 1998, 10)

Leituras consideradas socialistas e comunistas sempre foram perseguidas pelos governos brasileiros, principalmente nos regimes autoritários. Algumas estratégias eram utilizadas para burlar o sistema e manter a divulgação e espaços de circulação dos textos, por exemplo, capas falsas. Os militantes comunistas foram perseguidos pelos livros que leram, pelos livros, jornais e revistas que produziram, pela visão de mundo que defendiam. É este mundo que estamos descortinando através do estudo apresentado.

Para o desenvolvimento deste trabalho estamos usando produções que estudam o Partido Comunista no mundo e no Brasil e o espaço político baiano. Relevante também será compreender o papel da imprensa que serviu para disseminar ideias comunistas ou para persegui-las. A história do livro, da leitura, do PCB, o dos intelectuais norteiam este trabalho.

Resultados esperados

Pretendemos ao final desta pesquisa construir uma biblioteca comunista a partir de fontes jornalísticas, revistas e memórias. Estão sendo usadas as revistas *Meridiano*, *O Momento*, *Seiva*; os seguintes jornais *Diário de Notícias*, *A Tarde*, *Diário da Tarde de Ilhéus*. Estas fontes estão servindo para identificação dos textos lidos, as sugestões de leitura, os textos censurados pelo governo e também pelos comunistas, os espaços de circulação dos textos, de debates e de encontro do partido. Também estão sendo analisadas as obras *Jubiabá*, *Suor*, *Cacau e Homens e coisas do Partido Comunista* de Jorge Amado e a produção literária da poetisa Jacinta Passos. O levantamento de autores e livros apontados nos jornais, revistas e memórias será realizado a partir da identificação da origem dos escritores, temas mais abordados, perfil da escrita, condição social, leituras que eram recomendadas e as que não eram por não possuírem uma literatura engajada.

Referências Bibliográficas.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas (SP), Mercado das Letras, 1999.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Livros Vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil**. Rio de Janeiro. Bom Texto. FAPERJ, 2010.

MORAES, João Quartim de. (org.). **História do marxismo no Brasil**. Os influxos teóricos. Vol. II. Campinas, SP, Unicamp, 1995.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**PROTAGONISTAS DA RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO DE MULHERES NOS
GRUPOS DE LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA DE SEGURANÇA
NACIONAL (1967-2014)**

Débora Campani Chagas⁴

Palavras-chave: Ditadura. Mulheres. Luta armada.

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar a pesquisa que está em andamento no curso de mestrado do programa de pós-graduação em História na Unioeste. Trata-se de uma investigação que versa sobre a participação de mulheres em grupos de resistência armada durante o período de Ditadura de Segurança Nacional no Brasil (1964-1985). O interesse neste tema surge após fazer parte de um projeto de pesquisa que se dedicava a analisar algumas ações da Vanguarda Popular Revolucionária, grupo de luta armada em oposição à ditadura. Esse primeiro contato com o tema da resistência armada, chamou muita atenção após visualizar o número expressivo de mulheres que integraram essa organização, e que vez ou outra apareciam em algum documento que estava sendo analisado na pesquisa. Dessa forma, decidimos procurar sobre todas as mulheres que integraram esse grupo e posteriormente escolhemos algumas que possibilitam a realização do trabalho. São elas: Damaris Oliveira Lucena, Dulce Maia, Iara Iavelberg, Maria do Carmo Brito, Renata Ferraz Guerra de Andrade e Sônia Lafoz.

Para realizar essa investigação, as fontes escolhidas são documentos da repressão, isto inclui os documentos que foram produzidos por militares em seus respectivos órgãos, que possuem informações coletadas através de depoimentos dos presos políticos, - cabe lembrar que na maioria das vezes obtidos sob tortura -. Também é possível encontrar nestes documentos oriundos da repressão informações que teriam sido produzidas pelos próprios militantes, por exemplo, um rascunho de um planejamento de ação, um endereço de determinado ponto de encontro, já que muitos deles foram presos sob a circunstância de estar indo ao encontro de outros. Além dessas fontes, escolhemos trabalhar em conjunto com entrevistas realizadas por

⁴ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. E-mail: deboracampani1@hotmail.com



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

essas mulheres. Quase todas as mulheres escolhidas para essa pesquisa são sobreviventes da ditadura, com exceção de Iara Iavelberg, e todas elas deram seus depoimentos para a produção de livros, documentários e, com o sentido mais específico de preservar a memória daquele período, depoimentos concedidos à Comissão Nacional da Verdade. São essas as fontes que irão caminhar conosco durante essa investigação.

Delimitados objeto e fontes da pesquisa, há que apresentar também seu recorte temporal e sua problemática. Dessa forma, o recorte temporal deste título (1967-2014), se justifica tentando abarcar a própria temporalidade das fontes. A Vanguarda Popular Revolucionária, assim como outras organizações de luta armada, foi criada a partir de 1967, embora há indícios de que se organizavam anteriormente em partidos políticos ou movimentos estudantis, movimentos de greve dos trabalhadores, entre outros. Nesse sentido, desde os anos iniciais de sua consolidação há documentos oriundos da repressão a respeito das ações praticadas. O ano de 2014 está colocado aqui como forma de contemplar a data em que as entrevistas escolhidas para essa investigação foram concedidas.

A nossa hipótese é de que a análise da participação dessas mulheres nos grupos de luta armada nos permite compreender o cenário de conflitos sociais travados nas décadas de 1960 até o final da ditadura, a partir das formas de resistência armada que estes sujeitos construíram naquele momento. A problemática que guia essa investigação é, portanto, pensar como o estudo dessa resistência para além de nos possibilitar a compreensão sobre aquele período, nos ajuda a refletir na construção dos nossos modos de resistências frente aos ataques que vivenciamos atualmente.

Os objetivos dessa pesquisa são, de modo específico, investigar quais ações as mulheres realizaram, sobretudo porque os militantes não cumpriam as mesmas funções na organização. Analisar a articulação do aparato repressivo do Estado e o uso e legitimação do terror para frear os movimentos de resistência, e compreender os conflitos existentes nas relações sociais que as mulheres construíram, isto é, com os outros sujeitos que compunham a organização. De modo geral, o objetivo é analisar a participação dessas mulheres e poder contribuir com as pesquisas que se debruçam sobre esse tema e com esclarecimentos a respeito das motivações que levam esses sujeitos a se organizarem dessa forma.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Metodologia

Dado o exposto acima, cabe agora apresentar qual caminho vem sendo construído na pesquisa até o momento. Primeiro, consideramos importante falar sobre os autores que nos ajudam a interpretar os anos de 1964-1985. Joseph Comblin (1978) em sua obra “A Ideologia de Segurança Nacional: O poder militar na América Latina”, defende que a ditadura se consolida e se justifica por parte de seus apoiadores como uma forma de manter a segurança nacional da ameaça dos comunistas em tomarem o poder. Ele diz que:

A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é, naturalmente, uma força. Trata-se portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais. (COMBLIN, 1978, P.54)

Essa doutrina é pensada após o contexto de guerra fria em que os Estados Unidos buscaram formas de se manter como potência hegemônica. Bruno Bueno defende que a necessidade de estabelecer essa doutrina em países da América Latina se daria justamente porque:

estes países seriam mais suscetíveis à aproximação do ideário socialista, por conta de suas características sociais: grande desigualdade social, pobreza, exploração exacerbada da força de trabalho, más condições de vida de um extrato social muito grande. (BUENO, 2014, P.49)

Em conjunto com a Doutrina de Segurança Nacional, caminha também o Terrorismo de Estado. O autor que nos ajuda a compreender a ditadura através dessa perspectiva é Enrique Padrós, que explica o termo como:

Seu primeiro antecedente significativo se manifestou durante a Revolução Francesa, especificamente no período do Terror dirigido pelos jacobinos desde o Comitê de Salvação Pública. É correto associar o TDE aos processos fictícios montados pelos tribunais revolucionários, onde, de fato, a simples suspeita e delação gerava perseguições contra os denominados “inimigos do povo”; neles, não cabiam recursos nem apelações contra as sentenças proferidas, pois sua função básica era a condenação e a execução imediata dos acusados. (PADRÓS, 2014, P.14)

Segundo esse mesmo autor, o Terrorismo de Estado é

o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares. (PADRÓS, 2007, P.43)



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

A discussão realizada por esses dois autores nos permitem entender a ditadura enquanto uma forma de governo que se coloca a fim de manter os seus interesses criminalizando os sujeitos que se opunham a ela. Como já esboçado, a Doutrina de Segurança Nacional se justifica como uma alternativa à “ameaça” comunista. Dessa forma, os sujeitos que ousaram criticar esse governo foram taxados de “comunistas”, “subversivos” e “terroristas”, termos que nessa perspectiva são pejorativos e associados a sujeitos que precisam ser combatidos por toda a sociedade. Para legitimar essa violência, o Estado não se limitou a organizar e utilizar seu aparato repressivo, combatendo de forma literal e violenta sujeitos da sociedade civil.

Por outro lado, não é possível dizer que a sociedade civil se comportou de maneira pacífica ou apática em relação à ditadura, e é neste sentido que essa pesquisa se constrói. Sujeitos pertencentes a movimentos estudantis, a movimentos de greve nas fábricas, também buscaram se organizar em um determinado momento no que conhecemos como os grupos de luta armada. A respeito desses grupos, Marcelo Ridenti diz que

Os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência à ditadura. O projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 64; vinha, desde o princípio daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba. [...] A luta das esquerdas em armas após o golpe de 64 tinha como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe. (RIDENTI, 1993, P.62/3)

Isso significa que eram grupos constituídos por sujeitos que refletiam e buscavam formas de combater a sociedade violenta daquele momento, mas também em construir a outra sociedade que daria lugar àquela.

Nessa forma de resistência armada, nos interessa investigar a participação das mulheres, sobretudo porque era um espaço de discussões políticas, econômicas e sociais, que nem sempre nos foi destinado, embora desde muito tempo nos organizemos para ocupa-los. As mulheres tiveram uma participação expressiva na Vanguarda Popular Revolucionária e em outras organizações, algumas vezes assumindo o comando nacional dos grupos, e em muitas outras participando das ações diretas, seja como motoristas, como responsáveis pelo levantamento das áreas e lugares de ações, seja planejando-as.

Entre as mulheres escolhidas para a investigação, estão muitas estudantes, que chegam até a organização através do movimento estudantil e da luta por direitos relacionados a



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

permanência nas universidades, que em dado momento, somam-se com as lutas de trabalhadores das fábricas que já compunham a organização. A partir das leituras que foram possíveis realizar até o momento, percebemos que essas mulheres participaram de ações muito importantes para o grupo, como o roubo do cofre do ex-governador Adhemar de Barros, os sequestros de embaixadores e dos cônsules, os treinamentos em áreas rurais para levantamento da possibilidade de guerrilhas, entre outros.

Como já foi ressaltado, as fontes que nos permitem ter esses esclarecimentos são documentos oriundos da repressão e entrevistas concedidas por essas mulheres alguns anos após a ditadura chegar ao fim. Desse modo, é preciso muito cuidado ao lidar com essas produções, pois elas estão preenchidas de intencionalidades dos sujeitos que as construíram. Por esse motivo, Maria Tucci Carneiro, nos ajuda ao pontuar que:

O discurso da ordem assume um tom acusatório ao apontar para o inimigo cuja imagem negativa vai sendo construída a partir de provas recolhidas junto aos espaços da sedição (daí os autos de busca e apreensão e os relatórios de investigação). Neste caso, quem “monta” a história oficial é a autoridade policial que, com base na observação e na o crime (provas concretas), “constrói” realidades. (TUCCI, [2000-?], P.2)

Em relação as produções de memória, Enzo Traverso nos ajuda a estar atentas ao fato de que:

Pelo seu caráter subjetivo, a memória nunca é cristalizada; mais se parece com um estaleiro aberto, em contínua operação. [...]. Não é só o tempo a erodir e a enfraquecer a recordação. A memória é uma construção, sempre filtrada pelos conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação. (TRAVERSO, 2012, P.23)

Portanto, ao lidar com as fontes, consideraremos o momento de sua produção, o seu conteúdo, quem a produz e o que escolhe ou não dizer. Procuraremos cruzá-las e perceber as diferenças e semelhanças do que aparece em documentos produzidos sob uma circunstância de tortura, e o que aparece em documentos que foram realizados após o término da ditadura. Neste sentido, tentamos demonstrar os autores que ajudaram até este momento, embora saibamos que há muitas leituras a serem realizadas.

Resultados



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Em virtude do que foi mencionado, ressaltamos uma vez mais que essa pesquisa está em andamento e que evidentemente há muitas leituras e discussões necessárias para chegar ao objetivo final do trabalho. O que se pode traçar até este momento é que algumas ações praticadas por essas mulheres eram como motoristas das ações diretas, a participação em expropriações a fim de conseguir recursos financeiros para as ações do grupo, bem como no sequestro de figuras políticas que cumpriam funções importantes no governo daquele momento. Também já foi possível perceber a forte articulação do Estado em torno de seu aparato repressivo para conseguir manter a sua dominação. Além dessas mulheres, o Terrorismo de Estado atingiu também seus familiares e amigos que nada tinham a ver com as discussões da luta armada. Espera-se que os próximos passos da pesquisa nos leve a compreender e esclarecer os acontecimentos e assuntos que ainda não foram possíveis trabalhar, como a questão da subjetividade na militância, a linha teórica e política que seguiam para pensar a revolução e os conflitos existentes nas relações sociais construídas pelas mulheres.

Referências

BUENO, Bruno Bruziguessi. **Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo**. Revista Sulamericana de Ciência Política, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p.47- 64, 2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf> Acesso em: 19 nov. 2020

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. A. Veiga Fialho.

PADRÓS, Enrique. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. História & Luta de Classes, Marechal Cândido Rondon, julho 2007, p.43-49.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (org.). **ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Deriva, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O FANTASMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Título original: Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique. Autor: Enzo Traverso. Tradução: Tiago Avó. Revisão: Unipop. Capa: Ana Mary Bilbao. Paginação: Unipop. Impressão: SpeedMedia. La fabrique 2005, Unipop para a presente edição. 1ª Edição fevereiro de 2012.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**A LÓGICA PLURALISTA DO JORNALISMO NA FOLHA DE SÃO PAULO: AS
JORNADAS DE JUNHO E AS MANIFESTAÇÕES PRÓ GOLPE.**

Guilherme Henrique Piaz Paslauski⁵

Palavras-chave: Folha de São Paulo. Jornal. Manifestações.

1. Introdução

Em 1962 o jornal Folha de São Paulo é adquirido pelos sócios empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, visto por Francisco Fonseca, como um episódio decisivo na história do jornal, que passaria a partir desse movimento a desfrutar de um maior prestígio jornalístico. Embora adquirido nos anos 1960, é apenas a partir dos anos 1970, que mudanças começam a ser aplicadas no jornal, mirando implementar uma nova visão administrativa, empresarial e de mercado para o jornal FSP, implementou muitas estratégias da grande imprensa internacional, principalmente aquelas já desenvolvidas pela imprensa capitalista nos Estados Unidos e na Europa.

Inseriu no jornal uma visão mercantil para a notícia, passando a tratá-la oficialmente como um produto destinado ao consumo, adotando com isso, uma estratégia de defesa da democracia para o mercado, conforme afirma Arbex Jr (2001, p.144), o que possibilitou ao jornal ganhar importante espaço e leitores (consumidores) ao longo do processo de redemocratização do Brasil. Criando para si próprio, uma imagem de jornal “crítico, apartidário e plural”, utilizada como propaganda pela FSP.

Levado a entender, quais os impactos das mudanças e reformas aplicadas no jornal durante essas duas décadas e como isso afeta as notícias publicadas em suas páginas, as normas e a padronização na produção das notícias é algo ainda presente na FSP, existem tendências na forma como o jornal atua perante um determinado acontecimento, o que podemos ou não esperar das notícias publicadas pelo jornal FSP. Tem-se como objetivo, compreender a

⁵ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: guilherme_02paslauski@hotmail.com.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

construção do jornal FSP ao longo dos anos 1970 e 1980, considerando esses processos responsáveis por moldar o jornal FSP que conhecemos atualmente.

2. Metodologia:

Para o presente estudo, foi realizado uma pesquisa bibliográfica e utilizado dados informativos sobre o jornal Folha de São Paulo, dados esses encontrados no site do jornal, sobre valores e benefícios disponibilizados pelo jornal para os assinantes da plataforma digital do jornal.

O estudo baseou-se na análise por meio de revisão bibliográfica de autores que já pesquisaram e analisaram aspectos do jornal Folha de São Paulo, tanto como objeto ou fonte para suas pesquisas e análises. Para isso, utilizou-se dos autores e obras que analisam a FSP, como José Arbex Jr (2001), com sua obra *Showrnlismo: A notícia como espetáculo*, onde discute algumas das principais mudanças aplicadas na FSP a partir de 1984 com a instauração do Projeto Folha. Francisco Fonseca (2005), na obra *O consenso forjado*, que apresenta alguns aspectos da atuação da FSP em alguns momentos da história do país, como no debate das privatizações em 1985, deixando transparecer uma das características do jornal, sua volatilidade ideológica, onde, rapidamente muda sua opinião perante o debate. Também utilizamos Carolina Matos (2008), em *Jornalismo e política democrática no Brasil*, onde aprofunda estudo sobre a atuação da FSP sobre a campanha pelas Diretas Já, assim, demonstrando algumas das características das notícias da FSP nesse período, e como utilizou a luta pela democracia como uma estratégia mercantil – mesmo não sendo seu foco.

A partir desses autores e de uma revisão bibliográfica, buscamos compreender como ocorreu a construção do jornal Folha de São Paulo ao longo dos anos e como consolidou sua imagem no cenário nacional. Além de entender a FSP, conforme a visão de Gramsci sobre jornais:

O tipo de jornalismo considerado nestas notas é o que poderia ser chamado de “integral” (no sentido que, no curso das próprias notas, ficará cada vez mais claro), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área. (GRAMSCI. 2001, p.197)

3. Resultados:

Nesse trabalho, o que buscamos compreender com a análise dos processos de construção e produção das notícias no jornal FSP, que nas últimas décadas do século XX, passou por uma série de mudanças e modernizações, em diferentes setores do jornal, com o objetivo de implantar no cenário nacional e na FSP, a mesma lógica da grande imprensa capitalista, onde a notícia passa a ser vista e tratada como um produto destinado ao consumo, e seu leitor, considerado um consumidor, que precisa constantemente ter seu interesse no produto renovado. Com isso percebido, podemos entender melhor como ocorrem as atuações da FSP em diferentes momentos da história, as repetições que o jornal apresenta ao trabalhar temas muito próximos, mas em tempos diferentes, ou a falta dessas repetições, como no fato de nos anos 1980, adotar um discurso em defesa da democracia para o mercado, mas não o ter feito em 2015, perante as manifestações pró impeachment.

4. Referências

ARBEX JR, José. **Showrnlalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo. Ed. Casa Amarela, 2001.

FONSECA. Francisco César Pinto da. **O Consenso Forjado**: A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho, co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008

Agência financiadora Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**TERRA, PODER E COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ:
O CASO DA COOPAVEL**

Irene Spies Adamy⁶

Palavras-chave: Classe dominante agrária. Oeste do Paraná. Cascavel. Cooperativismo. Coopavel.

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar o resultado da pesquisa sobre a fração agrária da classe dominante de Cascavel e entorno e a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel) como seu espaço de organização e construção de um arranjo produtivo para a economia local e na região Oeste do Paraná. Esta pesquisa foi desenvolvida no doutorado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.

A tese tem por temática e abordagem, um dos modos de organização econômica e social dos donos da terra na região Oeste do Paraná: a produção agropecuária e agroindustrial cooperativada. O objeto de estudo, portanto, foi a classe proprietária rural de Cascavel e entorno, na sua fração dominante, e sua organização econômica através da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel).

Ainda há um vasto campo em aberto na historiografia regional, com possibilidades de estudos sobre as questões ligadas à terra, ao agro e ao poder das classes ou frações de classes dominantes. Frações que, a partir de uma base material concreta (a propriedade da terra), se organizam e buscam impor suas demandas e seus projetos para toda a sociedade, por meio de diferentes instrumentos que integram a força e o consenso.

Neste sentido, através da tese buscou-se contribuir para o avanço da análise a partir de uma nova perspectiva, compreendendo como a classe patronal tem se articulado diante de uma importante forma de organização social, econômica e política e que tem assumido papel

⁶ Irene Spies Adamy é Doutora em História pela Unioeste e membro do Grupo de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE. E-mail: ireneadamy@hotmail.com



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

significativo nas relações sociais de produção no campo brasileiro e com destaque no Oeste do Paraná: as cooperativas agropecuárias e agroindustriais. Além disso, buscou-se compreender o seu papel na consolidação do agronegócio regional tendo como objeto de estudo a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel – COOPAVEL.

A ocupação e a titulação da terra, a se considerar como foi realizada, favoreceu a formação de uma estrutura fundiária com forte presença de grandes propriedades rurais. Também o modelo agropecuário, implantado a partir do final da década de 1960, exerceu forte pressão sobre a expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento na concentração fundiária na região.

O modo como ocorreu esse processo de definição e redefinição da propriedade e o modelo de uso da terra no Oeste do Paraná, especialmente em Cascavel, foi determinante para a formação desta fração de origem agrária, com forte organização na sociedade civil e atuação na sociedade política. São demonstrativos de sua força econômica, organização e articulação política, a presença de prefeitos, vereadores, deputados, senadores e ocupantes de cargos em secretarias e ministérios e em agências da sociedade civil e organizações de classe, rurais e urbanas, oriundos deste setor.

Do mesmo modo, através da difusão de um discurso de valorização do agronegócio e do cooperativismo, buscaram legitimar essas ações e viabilizar recursos para o desenvolvimento e modernização econômica do setor.

Através da Coopavel, esta fração agrária, ou de origem agrária, da classe dominante de Cascavel e entorno, pôde consolidar sua condição hegemônica, com a criação de um arranjo produtivo local e regional, que lhe permitiu coordenar e controlar outros segmentos da economia, bem como integrar, neste mesmo arranjo produtivo, pequenos e médios proprietários, trabalhadores assalariados e consumidores através da produção agropecuária e agroindustrial e a sua comercialização.

Os seus representantes encontraram nas cooperativas, a possibilidade de se tornarem empresários capitalistas, com capacidade de competir não só na economia regional, mas em nível nacional, além de inserirem-se no mercado internacional, ainda que de modo subalterno,



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

uma vez que atrelam-se e submetem-se às exigências do mercado interno e externo. Esta condição seria inviável se atuassem individualmente.

A adoção do modelo de produção agrícola baseado na tecnologia e na produção para o mercado, no qual a figura do “empresário rural” é colocado em evidência, promoveu uma nova dinâmica nas relações sociais de produção e uma forte interação entre campo e cidade, onde a modernização do campo promoveu o êxodo rural e a economia urbana passou a ter a seu dispor um grande contingente de trabalhadores em busca de emprego, ao mesmo tempo em que novas atividades econômicas eram ali iniciadas ou desenvolvidas.

A organização destas relações econômicas e sociais entre campo e cidade no município de Cascavel teve participação efetiva e determinante da classe patronal rural, através da Cooperativa Agroindustrial Cascavel (COOPAVEL) que desde a sua fundação, em 1970, vem atuando, não apenas na organização da produção e comercialização de produtos agropecuários, mas em diversas atividades agroindústrias ou de suporte técnico. Pode-se destacar na sua plataforma de atuação empresarial os frigoríficos, as incubadoras, o moinho de trigo, as fábricas de ração, a produção de sementes e fertilizantes, produção de frangos e suínos, entre outros.

Nesse processo, coube também, ao sistema cooperativo de produção agropecuário e agroindustrial, um papel determinante na difusão de novos conhecimentos; novas técnicas de produção; novas tecnologias e maquinários; na definição de um novo caráter mercantil à produção agrícola e ao modo de uso da terra e do solo; na organização da propriedade da terra e das atividades de trabalho.

Foi e continua sendo através das cooperativas que se viabiliza o acesso aos insumos e ao crédito e a um sistema de armazenamento, abastecimento, transporte e comercialização da produção. Através das cooperativas, esta fração agrária coordena, em grande parte, a integração da agropecuária regional nas relações capitalistas de produção, ao que se convencionou chamar, mais recentemente, de agronegócio ou agribusiness.

Na história da Coopavel podemos identificar quatro fases distintas, levando-se em consideração sua organização e atuação junto aos associados e na economia regional.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

A primeira fase pode ser reconhecida durante a década de 1970, quando tem início a expansão da mecanização no campo e seus dirigentes e associados agropecuaristas tinham, através da cooperativa, a possibilidade de armazenamento da produção e acesso a melhores preços na aquisição de insumos e na comercialização de sua produção, bem como, à assistência técnica especializada.

A segunda fase se desenvolveu durante os anos iniciais da década de 1980, quando a cooperativa foi severamente atingida por uma crise financeira que exigiu sua reestruturação. A crise pela qual passou a Coopavel e que teve seu momento mais intenso em 1985, afetou-a significativamente, estando inclusive na eminência de ter sua falência decretada.

Após a crise da cooperativa e principalmente, a partir da década de 1990, no mesmo período da reestruturação da agricultura brasileira, impôs-se à classe patronal rural e aos diretores da Coopavel um novo posicionamento. Era fundamental que não apenas a gestão da Cooperativa se “profissionalizasse” como também a sua produção fosse ajustada às novas determinações do padrão produtivo, agora diversificado e tecnológico, produzindo para exportação. A diversificação, o investimento em novas tecnologias e o processamento de matérias primas foi a opção adotada. Iniciava, assim, a terceira fase da história da Coopavel.

A partir do início do século XXI a cooperativa ampliou e intensificou cada vez mais a atuação de suas indústrias de insumos e de suas agroindústrias, seguindo a estratégia e a compreensão de que é preciso aumentar a diversidade e a produtividade e agregar valor aos produtos comercializados, através da transformação de proteína vegetal (soja e milho) em proteína animal (carne e leite), priorizando uma dinâmica na cadeia produtiva que busca diminuir custos e ampliar a qualidade e a rentabilidade.

Em 15 de dezembro de 2004 foram aprovadas, em assembleia, alterações no Estatuto Social e na razão social da cooperativa que abandonou a denominação de Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda e passou a assumir a denominação de Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. Esta alteração indicava os rumos que a cooperativa passaria a priorizar a partir de então: a agro industrialização. Era o início da quarta fase da Coopavel.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Em 2019, a Coopavel tinha 5446 associados, distribuídos em 26 municípios e um total de 5606 funcionários. Seu faturamento naquele ano foi de R\$ 2.676 bilhões de reais e apresentou um lucro de R\$ 85 milhões de reais.

Se a Coopavel tem se consolidado como uma das maiores empresas agroindustriais do cooperativismo brasileiro, a nível regional, sua importância vai além do seu poder econômico. Ela tem se consolidado na organização e reorganização das relações de produção e vem se constituindo em espaço de educação dos diferentes segmentos vinculados ao setor produtivo do agronegócio regional.

A ênfase no ciclo: cooperativismo + tecnologia + inovação + produtividade = competitividade pautou o seu ingresso no segmento agroindustrial e estes fundamentos vêm norteando todas as práticas propostas aos seus associados e integrados.

O Show Rural Coopavel, a Revista Coopavel, a Universidade Corporativa Coopavel e os projetos e ações desenvolvidas em conjunto com escolas, universidades e demais entidades organizadas na sociedade civil têm se apresentado como verdadeiros espaços de produção e difusão de consenso, colaborando para a consolidação do agronegócio regional, garantindo, através de seu papel educativo, a sua legitimidade diante dos seus e dos demais.

O estudo de como determinados grupos sociais ou frações de classe se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir sua presença e condição dirigente ou hegemônica, e ainda, como inscrevem suas demandas junto à sociedade política, é fundamental para a compreensão das relações de poder que permeiam o conjunto da sociedade.

A hegemonia de uma classe ou fração de classe se manifesta essencialmente através do domínio econômico e pela direção intelectual e moral, ou seja, cultural em seu sentido amplo. Um grupo social se torna hegemônico quando submete os grupos antagônicos e se estabelece como dirigente dos grupos aliados, seja pela força e/ou pelo consenso. A força é imposta através da violência sobre o corpo e o convencimento se impõe sobre o pensamento.

No estudo das classes patronais rurais no Brasil atual merecem destaque, dentre outros, os trabalhos de Regina Bruno e de Sonia Regina de Mendonça tanto pelo seu extenso trabalho de pesquisa e produção acadêmica, quanto pela sua contribuição metodológica, elaborada com base nos ensinamentos de Antônio Gramsci. Seus estudos e análises sobre as



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

diferentes entidades organizativas da classe dominante no campo brasileiro, suas disputas internas e suas relações com o Estado restrito são referências fundamentais para toda pesquisa que se proponha a compreender a organização da classe patronal rural no campo brasileiro.

Antonio Gramsci contribui, de modo decisivo, para a compreensão e análise dos instrumentos pelos quais uma classe e/ou fração de classe pode exercer poder, domínio e hegemonia, difundindo seus valores e impondo seu projeto social. Para ele, o domínio não se dá apenas pela força e pela coerção, mas também pela formação de consenso, pela aceitação, por parte das outras classes, do projeto hegemônico ou dominante. (GRAMSCI, 2001, p. 21)

Através das Cooperativas, a classe patronal rural efetiva o controle sobre a produção agropecuária e agroindustrial e garante condições competitivas para comercializar essa produção a nível local, nacional internacional. São associados de uma cooperativa, mas agem a partir de seus interesses e possibilidades particulares e em torno destes, gerenciam a produção.

Esta é uma organização empresarial da produção no campo, onde inovações técnicas e parcerias com os setores industriais de máquinas, equipamentos e insumos, tornam possível a reprodução do padrão produtivo do agronegócio na região.

É possível dizer que essas cooperativas incorporaram dinamismos industriais na gestão empresarial e corporativa, na cadeia e nos arranjos produtivos agropecuários e industriais, na territorialização do circuito de abrangência da sua integração (cooperativas e associados, produtores e criadores agropecuários), na logística de atuação no mercado local, regional, estadual, nacional e internacional (por meio dos organismos e entidades representativas do setor), na ampliação dos ramos de seus negócios no mercado (agropecuário, industrial e agências de crédito) e na centralidade e seletividade dos seus associados e integrados.

A fração agrária da classe dominante de Cascavel e seu entorno, através da Coopavel, vem ampliando suas atividades no sentido de buscar, cada vez mais, assumir o controle sobre toda a cadeia produtiva e de transformação nos segmentos em que atua. Para tanto, seus investimentos, através da cooperativa, vão desde a pesquisa e produção de sementes e fertilizantes; produção processamento e comercialização de grãos; fertilização de ovos nos incubatórios e unidades de produção de leitões, produção, abate e processamento de frangos e



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

suínos, além de viabilizar acesso ao crédito pelos associados e promover um intenso processo de educação e de difusão de valores, tecnologias e facilitação de negócios.

A gestão das cooperativas é realizada a partir de uma concepção empresarial capitalista, uma vez que se constituem em empresas privadas de capital associativo e plenamente integradas ao dinamismo da produção e do consumo mundial.

O seu forte poder competitivo no mercado mundial é resultado, também, deste processo de gestão profissionalizado da administração, da produção e da comercialização. São critérios técnicos que norteiam as decisões acerca de novos investimentos. Aos associados e integrados são impostas exigências de sanidade e produtividade, às quais devem ser rigorosamente cumpridas e produtividade representa diminuição de custos e eficiência nas atividades primárias desenvolvidas. Quanto menor o custo de produção da matéria prima e do trabalho, maiores os lucros nos setores de transformação, as agroindústrias.

A importância fundamental da Coopavel está justamente na organização deste arranjo produtivo, assumindo a orientação e coordenação da produção agropecuária e agroindustrial em sua área de atuação e viabilizando a produção e reprodução do capital.

A classe patronal, através da Coopavel, insere-se na economia globalizada, a partir de uma dinâmica própria através da qual construiu e continua reproduzindo o seu domínio local e regional. Essa dinâmica local e sua capacidade em dirigir o arranjo produtivo é que lhe permite a articulação com o agronegócio nacional e sua inserção nos mercados consumidores a nível mundial, acumulando capital que é reinvestido em mais terra, em novas empresas e em novos negócios.

Referências

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra** – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Um Brasil ambivalente**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

_____. **Nova República**; a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p.284 – 310.

GRAMSCI, **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora RFRJ, 2010.

_____. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento -1964 – 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de e LAMOSA, Rodrigo. **Gramsci e a pesquisa histórica**. Curitiba: Appris Editora, 2018.

RELATÓRIO ANUAL COOPAVEL. Cascavel: Tuicial, 2019.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**DEBATES SOBRE A PSICOLOGIA DE MASSAS DO FASCISMO: S. FREUD, W.
REICH E T. ADORNO**

Mariano Luis Sánchez⁷

Palavras-chave: Psicologia de massas. Psicanálise. Fascismo. Subjetividade.

Introdução

Este trabalho consiste na apresentação da primeira parte (de três: psicologia de massas, sociologia da comunicação e subjetivação neoliberal) do marco teórico construído para estudar o *processo de fascistização* como objeto de pesquisa de história do tempo presente. Partindo a pergunta originalmente formulada por Wilhelm Reich –como entender a adesão das massas trabalhadoras e setores médios ao projeto da reação fascista que ia contra seus próprios interesses?–, procurei sistematizar a análise reichiana desenvolvida em *Psicologia de massas do fascismo* (1933), nos seus principais conceitos, incluindo as posteriores discussões sobre esta perspectiva. Observando que a grande referência de sua obra era *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), de Sigmund Freud, realizei um estudo dos principais conceitos desenvolvidos nesta obra assim como em outros importantes escritos deste autor, referenciados tanto pelo próprio Freud como pelo Reich. Porém, considerando as limitações do freudomarxismo reichiano apontadas pela crítica, acrescentei o estudo dos escritos de Theodor W. Adorno sobre o autoritarismo, em *A personalidade autoritária* (1950) e outros textos, uma vez que este autor, assim como outros pensadores da Escola de Frankfurt (Max Horkheimer, Eric Fromm, Herbert Marcuse), não só pesquisaram o fenômeno do fascismo, mas também recorreram à psicanálise freudiana, de maneira muito fecunda, para desenvolver sua teoria crítica.

Metodologia

⁷ Doutorando em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) campus Marechal Cândido Rondon, PR, e professor ME de sociologia e ciência política na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Laranjeiras do Sul, PR. Email: mariano.sanches@uffs.edu.br.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica das obras fundamentais dos autores estudados (Sigmund Freud, Wilhelm Reich e Theodor Adorno) relativas a nosso objeto de pesquisa, o processo de fascistização, (obras referenciadas no final deste texto), procurando extrair conceitos fundamentais da psicologia de massas de orientação freudiana para poder compreender a dimensão subjetiva do fenômeno do fascismo. Falar da dimensão subjetiva significa a tentativa de compreender como foi possível a adesão das classes populares a projetos politicamente reacionários a pesar do que ditavam as condições históricas objetivas (a situação econômica de classe). Compreender esta contradição implica pensar sobre os modos através dos quais opera a ideologia dominante, quer dizer, compreender como o discurso do Líder penetra nas estruturas psíquicas dos indivíduos criando uma massa psíquica que acaba respondendo aos interesses da reação política.

Resultados e discussão

Para Freud não é possível compreender a formação de massa psíquica sem considerar o papel do líder. A massa demanda autoridade, direção, domínio de um chefe. Mas a causa não se encontra naquelas características, sempre negativas, com as quais é descrita pelo pensamento conservador prévio sobre as massas. Acontece que uma massa não se mantém coesa (em ausência de mecanismos coercitivos) sem um líder cuja figura é o que gera um tipo de laços libidinais de meta inibida (isto é, que suspende os impulsos agressivos entre os indivíduos) a partir da substituição do Ideal de Eu de cada indivíduo por essa figura do Líder. Este tipo particular de identificação que se estabelece com o Líder é o que revela um *algo em comum* entre os membros de uma massa, que é o que garante sua unidade. Neste sentido específico, é o líder que “cria” sua massa. Mas é claro que não cria uma massa do nada. Para isto, tem que haver, antes, uma massa simples, ou digamos de outra maneira, *uma multidão em livre disponibilidade*, que será organizada enquanto massa pelo líder. Assim, uma formação de massa não pode ser pensada sem o simultâneo processo de construção da figura do Líder.

A importância da obra de Reich quiçá resida mais nos problemas que apontou e nas perguntas que formulou do que na explicação unicausal do papel da repressão sexual na formação de uma estrutura de caráter autoritário no seio da família patriarcal que ofereceu.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Reich foi o primeiro a apontar que se a adesão das massas ao fascismo não era resultado exclusivo da propaganda e da manipulação, o fenômeno da servidão voluntária devia ser investigado no campo do psiquismo, através do processo de estruturação do caráter dos indivíduos. Neste sentido, a *Psicologia de massas do fascismo* de Reich parte claramente das elaborações freudianas de *Psicologia das massas e análise do eu*. Em segundo lugar, Reich identifica corretamente a estrutura de caráter autoritário com uma classe social específica: a classe média e sobretudo a classe média baixa. Reich é taxativo quando define o fascismo como “a expressão politicamente organizada da estrutura de caráter do homem médio.”⁸ A massa fascista não está atrelada a raças, nações ou partidos. Reich a descreve como “geral, internacional”. Isto é, o que hoje chamariamos de subjetividade fascista, que para Reich é “a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida.”⁹ Como “a mentalidade fascista é a mentalidade do zé-ninguém, que é subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado”¹⁰, o movimento fascista é “uma amálgama de sentimentos de revolta e ideias sociais reacionárias.”¹¹ A base social do fascismo é fundamentalmente a classe média, porque, amálgama de submissão e revolta que alimenta o ressentimento, a classe média expressa sempre, na sua falsa rebelião, um gesto reacionário. Por este motivo Reich afirma que não foi o fascismo que criou a teoria da raça para justificar o imperialismo, mas que, pelo contrário, o fascismo foi o produto politicamente organizado do ódio racial.¹² Como conclusão, para Reich, o fascismo é “o somatório de todas as reações *irracionais* do caráter do homem médio.”¹³ Reich ainda vai colocar outra questão fundamental, a nosso juízo, que é relativa a como, em cada época, “cada ordem social cria nas massas que a compõem as estruturas [psíquicas] de que ela necessita para atingir seus objetivos fundamentais.”¹⁴ Em outras palavras, Reich está se

⁸ REICH, Wilhelm, *Psicologia de massas do fascismo*, 3º Ed., Trad. Maria da Graça M. Macedo, São Paulo, Martins Fontes, 2001 (1930), p. XVII.

⁹ *Ibidem*, p. XVI.

¹⁰ *Ibidem*, p. XIX.

¹¹ *Ibidem*, p. XVIII.

¹² *Ibidem*, p. XIX.

¹³ *Ibidem*, p. XVIII.

¹⁴ *Ibidem*, p. 21.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

referindo a como as formas da subjetividade de cada época estão relacionadas com as exigências da ordem econômica, ou, em termos mais próximos do marco de análise que estamos construindo, como determinado estágio do capitalismo irá construir processos de subjetivação acordes às necessidades do processo de acumulação de capital. Assim entendida, a estrutura de caráter autoritário do homem de classe média e classe média baixa que investigou Reich (moldada pelas instituições sociais da ordem burguesa, como a família e a igreja), será organizada reacionariamente (como massa) e explorada (politicamente) pelo movimento fascista, em função dos interesses da ordem social do capital em crise, segundo as determinações históricas desse período.

Adorno dirigiu uma pesquisa empírica entre 1944 e 1947 nos Estados Unidos com o objetivo de estudar a existência de tendências autoritárias em ambientes democráticos, isto é, investigar a presença latente de valores e atitudes autoritários em indivíduos que potencialmente poderiam revelar comportamentos fascistas. Por meio de uma elaborada metodologia baseada em questionários e entrevistas, foram elaboradas uma série de escalas temáticas para medição do grau de preconceito dos indivíduos: Antissemitismo, Etnocentrismo, Conservadorismo político-econômico e Fascismo. O recurso à teoria psicanalítica freudiana procurava articular o conteúdo manifesto do preconceito (primeiras três escalas) com disposições inconscientes dos entrevistados. A chamada Escala F (de fascismo) permitiu caracterizar uma estrutura de personalidade autoritária a partir dos seguintes critérios: a submissão autoritária, a agressividade autoritária, o convencionalismo, a projetividade, a anti-intracção, a preocupação com o comportamento sexual dos outros, a valorização do poder e da dureza, a superstição e o pensamento estereotipado, a visão de um mundo ameaçado por poderosos interesses ocultos, e o cinismo. Esta pesquisa chegou a resultados surpreendentes, afastando hipóteses que viam o fascismo como produto típico do ambiente cultural de determinados povos, pois revelava uma conexão com uma subjetividade cujas raízes provinham da sociabilidade que a sociedade burguesa capitalista produz. Uma das principais contribuições é que o preconceito pode mudar de objeto, porque na verdade sua dinâmica refere-se ao papel que esse preconceito cumpre na economia psíquica do sujeito. Neste sentido, resulta impotente o exercício da razão crítica porque a demonstração de sua falsidade não incide sobre uma visão



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

de mundo que se encontra ancorada numa estrutura psicológica autoritária que, latente, pode ser ativada oportunamente por um discurso fascista.

Desta maneira, o objeto de nossa pesquisa, o processo de fascistização, pode ser conceitualizado a partir das análises acima brevemente descritas, como um processo de ativação de uma subjetividade autoritária latente nos indivíduos de uma sociedade dita democrática por meio de um discurso fascista. Este discurso, que consiste entre seus traços típicos, na afirmação de um conjunto de preconceitos que legitima a violência orientada pela construção de um inimigo nacional, que supostamente ameaça a sobrevivência do grupo, tem por consequência a criação e mobilização de massas e tropas de choque, que é um dos elementos essenciais de todo movimento fascista. Assim, o estudo dos processos de fascistização não consiste em atribuir as suas causas ao mero aparecimento de um discurso explicitamente fascista, mas entender que o êxito de tal discurso se encontra na sua conexão com um tipo de estrutura de personalidade preexistente nos indivíduos que resume um conjunto de valores, atitudes e preconceitos socialmente determinados. A partir deste marco analítico, a hipótese principal de nosso trabalho consiste, portanto, na identificação das características da subjetividade neoliberal contemporânea que permita explicar o êxito dos discursos e líderes fascistas em nosso tempo presente, pensado como um processo de destruição da institucionalidade democrática e, portanto, de construção de um novo tipo de regime neofascista.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Aspetos do novo radicalismo de direita**. Lisboa: Edições 70, 2020.
- _____. **Estudos sobre a personalidade autoritária**, Organizado por Virginia Helena Ferreira da Costa; traduzido por Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo, Editora Unesp, 2019.
- _____, **Ensaio sobre a psicologia social e psicanálise**, Tradução Verlaine Freitas, 1º Ed., São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- _____, **Experiências científicas em Estados Unidos**, In: _____, *Consignas*, Buenos Aires, Amorrortu, 1973.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke** (German Edition), Ideenbrücke Verlag, 2016, eBook Kindle, Disponível em www.amazon.com.br.

_____, **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, In: _____, Obras Completas volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”), e outros textos (1901-1905), Trad. Paulo César de Souza: São Paulo, Companhia das Letras, 2016, p. 13-172.

_____, **Os instintos e seus destinos**, In: _____, Obras Completas volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 51-81.

_____, **Introdução ao narcisismo**, In: FREUD, S., Obras Completas volume 12: Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-50.

_____, **Além do princípio do prazer**, In: _____, Obras Completas volume 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161-239.

_____, **Psicologia das massas e análise do eu**, In: _____, Obras Completas volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13-113.

_____, **O Mal-Estar na civilização**, In: FREUD, S., Obras Completas volume 18: O Mal-Estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e Outros textos, (1930-1936), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 13-354.

HORKHEIMER, Max. **Autoridade e família**, In: _____, Teoria Crítica I, Trad. Hilde Cohn, São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 175-236.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica (1937)**, In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; HABERMAS, J. Textos Escolhidos, São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983, p. 117-154.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. (Orgs.) **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978.

MARCUSSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. Vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

OS REGIMES DE HISTORICIDADES NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Maristela Solda¹⁵

Palavras-chave: Regime de Historicidade, Tempo, Agricultura de Precisão, Tecnologia, Jacto Kids, História em Quadrinhos.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo problematizar as informações que estão imersas em um dos mais admiráveis produtos da cultura de massa contemporânea: a história em quadrinhos, Arte Sequencial, Gibi, ou simplesmente HQ, visualizando neste material como se apresentam os regimes de historicidade na contemporaneidade, levando em consideração como os homens interpretam a história e a reproduzem, a partir da historiografia e dos conceitos de passado, o presente e o futuro, na construção do conhecimento histórico.

Propomo-nos relacionar esses conceitos na construção metodológica da fonte histórica utilizada, a revista Jacto Kids, a qual traz uma HQ, no site oficial da empresa <http://jactokids.com.br/> encontramos seis publicações, no entanto, pelo pequeno espaço aqui vamos nos dedicar apenas a revista de número 2.

De forma lúdica a revista tem a pretensão de apresentar as crianças um pulverizador automotriz, máquina agrícola, o qual é utilizado para pulverizar defensivos agroquímicos, ampliando o potencial produtivo do cultivar e eliminando doenças, plantas daninhas e insetos.

A revista evidencia a chamada agricultura capitalista, baseada no monocultivo, latifúndio uso da maquinaria pesada, alta tecnologia, agroquímicos, e a produção para exportação, com destaque para as formas diversas de tecnologias empregadas na máquina. Desta forma, analisamos como uma fonte histórica identificando as estratégias de naturalização do tempo e o sentido que se pretende cristalizar no imaginário infantil.

Sua distribuição é gratuitamente nas feiras agrícolas, eventos do agropecuários e nas vendas da instituição. Abordaremos as formas que o tempo e os regimes de historicidades

¹⁵ Professora da Rede Pública Municipal de Cascavel, formada em História, mestre em Sociedade Cultura e Fronteira – UNIOESTE e Doutoranda em História – UNIOESTE. maristelasolda@hotmail.com.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

estão incutidos na produção de material paradidático, com a finalidade de produzir um consenso.

E ainda, é possível observar que as companhias produtoras de implementos agrícolas, agroquímicos e afins, buscam ocupar um lugar de formação para produzir e divulgar a necessidade e a inevitabilidade da agricultura de precisão, da mesma forma que ocorreu com a produção deste material em análise elaborado para os pequenos leitores.

2. Metodologia

O aporte bibliográfico utilizado baseia-se nos escritos dos seguintes autores: Norbert Elias (1998), François Hartog (2014), Eric Hobsbawm (1998) e Edward Palmer Thompson (2001), que de modo geral, versam sobre narrativas e memórias da produção do conhecimento histórico, cultura e sociedade, historiografia, passado, presente e futuro, no intuito de compreender a fonte histórica: Revista *Jacto Kids* em especial o exemplar do Ano 1 nº 2, por encontramos elementos determinantes que coadunam com nosso referencial bibliográfico.

Assim, apresentamos de maneira geral a revista e posterior, elementos específicos que atendem aos regimes de historicidade. A história apresentada na revista passa em uma fazenda que tem um plantio de milho sendo devorado pelas pragas e o fazendeiro utiliza-se de uma máquina agrícola para eliminá-las.

O pulverizador “UNIPORT 3030” é o personagem principal da história, que vem salvar toda a fazenda das pragas às quais fogem para outro lugar que a história não mostra, é evidente a alusão que se faz a tecnologia de ponta com a utilização de imagens de satélites e equipamentos com um conjunto de soluções inteligentes. Os personagens humanos usam roupas características de produtores rurais – os quais protegem seu corpo dos efeitos do sol: chapéus, camisas de manga longa calças e botas e estão muito preocupados com as perdas da lavoura.

As pragas (insetos que causam danos à lavoura) são as vilãs da história apresentam formas humanas, dois braços e duas pernas, no entanto no rosto tem três olhos e antenas, usam uma roupa vermelha que cobre todo o corpo, alimentam-se do grão do milho. O cultivo milho em toda revista é apresentado como se estivesse em uma feira para exposição, pois permanece



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

no pé, no entanto, foi tirada a palha ficando a espiga exposta. Para além de HQ também chamamos nossa fonte de revista, visto que ao final da história ainda o material traz um passatempo destinado às crianças com jogo dos sete erros, ligue os pontos, palavras cruzadas e desenho para colorir. E é desta forma que a empresa apresenta o material.

3. Resultados e discussão

a. A tecnologia como negação do tempo

A vida no campo se apresenta de forma distinta em relação à vida da cidade, assim, o tempo de relógio não se traduz a luz da realidade, é muito mais é “o tempo do sol” – expressão utilizada pelos trabalhadores rurais, que vincula a sua rotina ao tempo da natureza, época de plantio colheita, aliada com a época das chuvas. Como Thompsom (1998) em seu texto onde investiga a significação do tempo para a sociedade ocidental, a partir dos acontecimentos da Revolução Industrial Inglesa no século XVIII, onde analisa que cada comunidade organizava a medição do tempo de acordo com o trabalho de sustento do grupo, os pescadores de acordo com a maré, já os agricultores com o horário solar.

O trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode parecer natural numa comunidade de agricultores, especialmente nos meses de colheita: a natureza exige que o grão seja colhido antes que comecem as tempestades. E observamos ritmos de trabalhos “naturais” semelhantes acompanhando outras ocupações rurais ou industriais: deve se cuidar das ovelhas na época do parto e protegê-las dos predadores; as vacas devem ser ordenhadas; deve-se cuidar do fogo e não deixar que se espalhe pelas turfas (e os que queimam carvão devem dormir ao lado); quando o ferro esta sendo feito a fornalha não podem apagar (THOMPSON, 1998, p. 271).

Contudo, com os avanços dos implementos agrícolas e a utilização de diferentes tecnologias, é comum observar que os agricultores trabalham para além do horário do sol, durante a noite até que as condições climáticas de sereno e vento permitam. Partindo do entendimento de Elias (1998) o tempo do relógio é uma unidade de referencia e de significação de tempo, pois “nas sociedades avançadas, os relógios ocupam um lugar eletivo dentre os dispositivos destinados há representar o tempo, mas não é o tempo. Este tem em si mesmo, um caráter instrumental, mas de um tipo particular” (ELIAS, 1998, p. 15).

De acordo com o autor, o relógio é apenas um instrumento, e quando não está vinculado com uma ação humana continua sendo apenas um objeto, destarte, “os relógios, sem sombra de

**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

dúvidas, são mecanismos físicos construídos pelos homens. Mas são dispostos de maneira a se integrarem, por exemplo, através do deslocamento dos ponteiros num mostrador em nosso mundo de símbolos” (ELIAS, 1998, p. 16).

Para além, e ainda com relação ao tempo, mas agora de ciclo de produção é notório observar que a revista não traz qualquer referencia as condições atmosféricas que também interferem na produtividade e na disseminação de doenças, plantas daninhas e insetos, apresentando que a máquina resolve todos os problemas.

Desta forma, a revista apresenta em um quadrinho a relação com as condições climáticas, no entanto, não tem conexão com a produtividade e sim com o melhor momento para que a máquina realize seu trabalho. O quadrinho a seguir representa uma chuva com raios no período noturno, é alegórica a utilização do guarda-chuva.



(JACTO KIDS, 2015, p. 07)

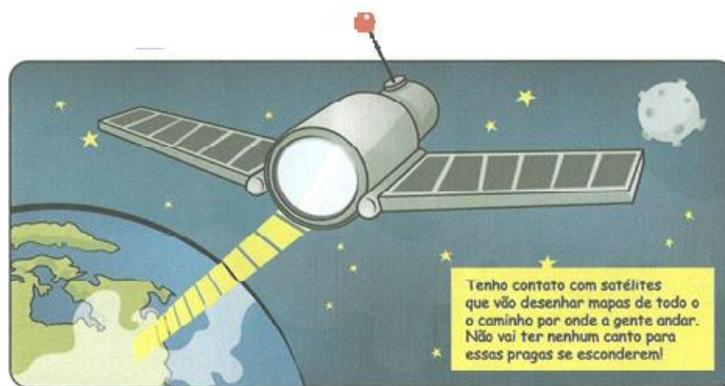
Fazemos a ressalva que o agronegócio nos últimos anos tem ampliado seus espaços para áreas cada vez mais extensas, com soluções inteligentes e uma quantidade imensurável de pacotes de tecnologias, aliado a ampliação das terras produtivas, ao monocultivo, a concentração de empresas que produzem os insumos armazena a produção e beneficiam para a venda ao comércio interno e externo.

Do mesmo modo, ao problematizar em que temporalidade vive a ascensão do agronegócio, buscamos no Hartog (2014), o qual apresenta o futurismo como uma ideia de ruptura com o passado, tendo como palavra chave o progresso, um tempo que passa a ser visto

**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

como direcionamento ao um fim, um tempo linear, nas palavras do autor, “O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presente o substituiu” (HARTOG, 2014, p. 148).

Cultiva-se assim a ideia que não há mais a noção de tempo, que tudo é presente, nas palavras de Hartog (2014) “tudo é presente” [...] “O presente tornou-se horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro e valoriza o imediato” (HARTOG, 2014, p. 148). Como apresentamos no quadrinho a seguir:



(JACTO KIDS, 2015, p. 07)

A vista disso, ao disseminar a noção de sempre presente, desafia o imaginário a esquecer do passado, construindo a representação de algo muito distante, o qual traz à ideia de uma agricultura rudimentar que utiliza de muita força física, e sem resultado, ou resultados pequenos. Desta forma, o agronegócio, configura-se como símbolo da modernidade visto sua negação a outras formas de agricultura, o que de acordo com Hobsbawm (2013) é “o problema de se rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável: quando representa “progresso”” (HOBSBAWM, 2013, p. 34).

Portanto, formas como: agrofloresta, agroecologia, policultura, agricultura orgânica, permacultura, agricultura de subsistência, agricultura familiar, entre outras, são traduzidas pelo agronegócio como formas que inviabilizam o crescimento do setor agrícola, e não produz um retorno financeiro satisfatório que movimenta o setor. E o autor ainda acrescenta “O passado continua ser ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional e de desenvolvimento ou evolução ou evolução (HOBSBAWM, 2013, p. 35).

Ao apontarmos a categoria do “silêncio, do não dito”. Compreendemos então que a revista está para além, ela já cumpriu sua função, produziu a noção de consenso, incentivou o uso da máquina, reafirmou a necessidade da grande extensão de terra, proporcionou os vínculos entre o empresariado do agronegócio e a educação, educando através da imagem, pelo consenso, naturalizou o uso do veneno no campo e disseminou a ideia de que a agricultura só é possível vinculada ao progresso. Portanto concluímos que a fonte analisada está investida de um apagamento histórico, político e cultural, abrindo espaço para se cristalizar um novo sentido no imaginário e produzir um novo regime histórico.

4. Referencias

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: CIA das Letras, 1998.

REVISTA JACTO KIDS ANO 1 N° 2.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**“BRASIL PARALELO”: DE APARELHO-EMPRESA À PORTA-VOZ DA
EXTREMA DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2016-2020)**

Mayara Balestro¹⁶

Palavras-chave: Aparelho privado de hegemonia. *Brasil Paralelo*. Direita.

Introdução

Na última década observa-se no cenário político brasileiro e internacional a ascensão de partidos de extrema-direita ao governo, ou mesmo o crescimento de sua influência eleitoral. No Brasil, as eleições presidenciais de 2018 marcaram e consolidaram a ascensão do projeto de segmentos da extrema-direita. A sociedade brasileira elegeu como o seu representante maior o capitão reformado do exército Jair Bolsonaro, que naquele momento já conquistava parte de setores da direita tradicional e parte da população. Portanto, a proposta do trabalho tem por objetivo analisar a emergência, o fortalecimento e a estruturação de frações ultraliberais e reacionárias da burguesia no Brasil recente – e seu corolário, o bolsonarismo – tendo por enfoque singular um dos seus mais recentes espaços de poder e hegemonia: trata-se do aparelho privado chamado “*Brasil Paralelo*”.

Segundo Marcelo Badaró Mattos (2020, p. 272), “o cimento ideológico dessa base social do bolsonarismo foi justamente uma combinação, como demonstram as interações nas redes sociais, entre discursos anticorrupção/ antipetismo; conservadorismo moral de fundo religioso, misógino e LGBTfóbico; liberalismo econômico; militarismo e pregação ‘bandido bom é bandido morto’. Nesse cenário de crescimento da extrema-direita surge a empresa *Brasil Paralelo*, especificamente em agosto de 2016, na capital gaúcha (Porto Alegre), coincidentemente no contexto de Golpe midiático, parlamentar jurídico e empresarial. Essa iniciativa tem como figura central, nessa perspectiva manipulatória sobre o passado, o “guru” da extrema-direita Olavo de Carvalho, Carvalho passa a ser o principal intelectual orgânico desse APH (aparelho privado de hegemonia) político ideológico representante das direitas,

¹⁶ Mestranda pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: mayarabalestro@hotmail.com



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

consequentemente, o *Brasil Paralelo* articula-se a um conjunto de sujeitos e entidades representativas desta extrema-direita no interior de relações ampliadas do Estado.

Os fundadores desse APH são três jovens ex-estudantes de Administração pela ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) em Porto Alegre, influenciados por Hélio Beltrão Filho, fundador e membro do conselho consecutivo do Instituto Millenium e fundador e Presidente do Instituto Mises Brasil. Em entrevista ao Boletim da Liberdade, segundo Filipe Valerim, um dos sócios da empresa, a produtora seria o resultado do esforço de um grupo de jovens comuns que, “diante do cenário político de 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff, um despertar de consciência política ganhava cada vez mais força a partir do sentimento de revolta da maioria da população”¹⁷. Para Valerim, era importante produzir conteúdo em defesa de um novo modelo de fazer política e de uma nova forma de contar a história do Brasil.

Em 2017, o *Brasil Paralelo* foi lançado no Fórum da Liberdade, cujo tema foi “*O Futuro da Democracia*”, de acordo com Flávio Casimiro (2020, p.76): “o Fórum da Liberdade pode ser compreendido como um evento catalisador da ideologia neoliberal, libertária e liberal-conservadora”. É neste espaço de produção de consensos e disputas pela hegemonia que tem apresentado propostas de políticas públicas, avançado e cobrado aprovação de projetos e reformas, articulada a frações reacionárias da burguesia brasileira, com o principal objetivo de formar novos quadros de intelectuais orgânicos. O *aparelho-empresa* tem como principal propósito de atuação a ressignificação de processos históricos brasileiros como forma de legitimação de um projeto de hegemonia da extrema direita, no presente.

O APH atua em várias plataformas digitais, como por exemplo, na página do *Facebook*, intitulada “*Brasil Paralelo*”, a página tem aproximadamente 563.524 seguidores e 519.039 curtidas, criada em julho de 2016 antes da fundação oficial da empresa. Neste ano, além do afastamento e do golpe da Presidente do partido dos Trabalhadores (PT), o cenário político brasileiro foi marcado com o recorte de fases da Lava Jato, deflagrando 17 operações. No governo de Michel Temer, como até então Presidente interino, ocorreu a queda de seis ministros envolvidos com o desdobramento da operação Lava-Jato, por fim, o ano político terminou com

¹⁷ Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/>. Acesso em: 13/12/2020.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

o Supremo Tribunal Federal (STF), recebendo, em 9 de dezembro, as 77 delações de executivos da Odebrecht na Operação Lava-Jato. Ou seja, naquele ano o discurso anticorrupção e antipetismo articulado com as manifestações reacionárias de 2014 e principalmente 2015, ganhava “sentido” por parte das frações burguesas no avanço do projeto conservador da direita.

Como aponta Ester Solano, Pablo Ortellado e Márcio Moretto Ribeiro “a plataforma do Facebook permite que os usuários e empresas criem páginas para a promoção de conteúdos. Além de promovê-los, uma página pode expressar afinidade com outras por meio de uma curtida, formando assim uma rede de páginas”. Em outras palavras, atuação do *Brasil Paralelo* através do *Facebook* está conectada conjuntamente com outras páginas das direitas e por meio dessas conexões ganham visibilidade em outros espaços de redes, formando assim, a primeira conexão e a “teia” de relações desses grupos.

Além do Facebook, o *Brasil Paralelo* atua no seu canal do *Youtube*, na plataforma digital “*Brasil Paralelo*”, no *Instagram* e no *Twitter*. No *Youtube* esse APH foi criado em julho de 2016, atualmente têm aproximadamente 1,51 milhões de inscritos, 85.753.480 visualizações, 367 vídeos de cunho histórico, político e filosófico, sendo o principal objetivo fundamental é fazer um grande revisionismo histórico do Brasil, o teor dos vídeos em formato de documentários recorda as obras do escritor Leandro Narloch, os “*Guias Politicamente Incorreto da História do Brasil e da América Latina*”, Narloch já participou da segunda produção do *Brasil Paralelo*, intitulada “*Brasil - A última Cruzada*”. Conforme aponta Casimiro (2020, p. 75), “a direita brasileira, passa a disputar no campo da narrativa histórica, como forma de justificação de suas pautas reacionárias, antiprogressistas e autoritárias do presente”.

Metodologia

Os referenciais teóricos e metodológicos estão ancorados numa abordagem marxista-gramsciana (e seus comentadores) que articulam questões envolvendo Estado, poder e hegemonia às novas configurações político-ideológicas e materiais da sociedade capitalista. Em franco diálogo com estudos relacionados com as direitas no Brasil, abordaremos as fontes, que são provenientes do próprio APH – *Brasil Paralelo*, no qual contêm vídeos, filmes, entrevistas,



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

cursos, textos. Partindo destes pressupostos iniciais nosso objetivo consiste em problematizar a atuação deste aparelho da burguesia nos rumos da história do tempo presente no Brasil, que tem contribuído para promover uma negação do pensamento crítico e científico, a perseguição a professores, dentre outras consequências.

Resultados

O *Brasil Paralelo* se organiza em torno do projeto político ultraliberal-conservador, todo esse conjunto de estratégias passa também pela naturalização de uma cultura única, a necessidade de formar novos grupos alinhados ao seu discurso. Estamos partindo do princípio que o *Brasil Paralelo* atua a frente de grupos conservadores de traços proto-fascista¹⁸. Concidemente, em entrevista à Gazeta do Povo em setembro de 2020, o sócio executivo do *Brasil Paralelo*, Henrique Viana, falou sobre os projetos e os objetivos da empresa, afirmou que “são mais de 112.108 membros assinantes da plataforma e que até 2022 o *Brasil Paralelo* quer 1 milhão de membros. O sócio também apontou a “missão” do *Brasil Paralelo*, para ele o importante é resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração dos brasileiros, sendo entretenimento uma das principais ferramentas para esse resgate”¹⁹.

Enfim, partimos do pressuposto que o avanço fascistizante não se refere a um movimento espontâneo, mas de uma ofensiva ideológica alicerçada em vasta “teia” de aparelhos privados de hegemonia que contam com expressivos recursos e sólida estrutura organizativa, como é o caso do *Brasil Paralelo*. Atuação e organização do *B.P.* que se articula a um projeto de sociedade mais amplo, que produz determinados padrões de comportamentos e discursos socialmente aceitos, pois ancorados com outros APHs passam a se justificar e legitimar o projeto e os interesses da classe dominante.

¹⁸ Entendemos como Proto-fascismo a partir da historiadora Virgínia Fontes, como um movimento em direção a instauração de um regime fascista, mas evidencia que há tendências fortes nessa direção, e os seus desdobramentos dependerão do quadro de resistência e enfrentamento nacional, assim como das tensões internacionais. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/>. Acesso em: 13/12/2020.

¹⁹ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasil-paralelo-1-milhao-membros-2022/>. Acesso em: 13/12/2020.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Referências Bibliográficas:

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Usina Editorial, 2020.

SOLANO, Esther & ROCHA, Camila. **A direita nas ruas e nas redes: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Sites:

Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/>. Acesso em: 13/12/2020.

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasil-paralelo-1-milhao-membros-2022/>. Acesso em: 13/12/2020.

Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/>. Acesso em: 13/12/2020.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

CONFLITOS ACERCA DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Nilva Lenz Zimmermann²⁰

Palavras-chave: Indígenas. Terras. Demarcação. Conflitos.

Introdução

Esta pesquisa busca apresentar uma reflexão teórica sobre a situação dos indígenas na região Oeste do Paraná, em especial no município de Santa Helena. Discutir a importância da demarcação de terras para os povos indígenas e os conflitos vividos por esses povos, abordando as formas de resistência que os indígenas adotam para voltar a ocupar parte dos seus espaços significativos perdidos, assim como a reação da sociedade local e de Itaipu. O debate a respeito da demarcação de terras indígenas, tem por finalidade analisar as estratégias de articulação e as formas de organização dos povos indígenas da aldeia Vy´a Renda Poty de Santa Helena, para a preservação cultural e manutenção do seu espaço.

Propõe através de entrevistas com os indígenas da aldeia Vy´a Renda Poty de Santa Helena, analisar as estratégias de sobrevivência, de organização e resistência dos povos indígenas dessa aldeia para voltar a ocupar parte dos seus espaços significativos perdidos, bem como a reação da sociedade local e de Itaipu.

Para os povos indígenas, a terra tem um significado muito especial, indo muito além de ser um espaço produtivo. Significa também um espaço de proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. São áreas fundamentais para a manutenção da tradição cultural dos povos indígenas, espaço onde há possibilidade de manutenção de seus modos de vida tradicionais, saberes e expressões culturais únicos, mantendo viva a sua tradição e cultura.

Metodologia

O presente estudo consiste em uma pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e documental. Propõe apresentar uma reflexão teórica sobre a situação dos indígenas na região Oeste do Paraná, em especial no município de Santa Helena na aldeia Vy´a Renda Poty, problematizando a análise a partir do paradigma da luta de classes.

²⁰ Mestranda do Curso de História PPGH UNIOESTE; e-mail nilvalenz@gmail.com.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Para a realização deste estudo, o procedimento metodológico utilizado é a análise dos referências bibliográficos existentes sobre o tema proposto, a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, Internet, etc e também pesquisa de campo, realizando entrevistas com as lideranças da comunidade indígenas da aldeia Vy'a Renda Poty de Santa Helena. As entrevistas têm como objetivo fazer uma análise das estratégias de sobrevivência, de organização e resistência dos povos indígenas dessa aldeia para voltar a ocupar parte dos seus espaços significativos perdidos, bem como a reação da sociedade local e de Itaipu. Busca-se demonstrar como as comunidades afetadas pelo empreendimento se rearticulam e se organizam no presente.

Também é necessário fazer uma análise de como vem ocorrendo o processo de demarcação indígena no município de Santa Helena, quais são os empecilhos para que essa demarcação de fato ocorra para que os indígenas possam ter uma vida digna e a garantia da preservação de sua cultura.

Resultados e discussão ou resultados esperados

As discussões acerca da demarcação de terras indígenas, tem gerado alguns conflitos entre a comunidades locais e indígenas, envolvendo também lideranças políticas da região Oeste do Paraná.

A **Tekoha** Vy'a Renda Poty de Santa Helena, desde 2009 aguarda a realização dos estudos de identificação e delimitação da Funai. Enquanto isso enfrentam a ameaça de reintegração de posse movidas pela Itaipu.

Em novembro de 2017, a Justiça Federal determinou que as terras indígenas localizadas em Santa Helena e São Miguel do Iguçu, oeste do Paraná, terão de ser demarcadas no prazo máximo de dois anos. O Ministério Público Federal alegou demora de dez anos da Funai para finalizar estudos sobre as áreas e as inúmeras consequências aos índios Avá-Guarani. Foi reconhecido o drama vivido pela comunidade indígena citando: "falta de terra para plantar e para comportar o aumento demográfico da comunidade, falta de alimentos, desnutrição infantil, contaminação das águas por agrotóxicos de fazendas lindeiras, casos de malária".



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Em abril de 2018, reuniram-se lideranças políticas e indígenas em Santa Helena onde deliberaram pelo compromisso de não aumentar a população indígena e resolver, com os poderes constituídos, a melhor forma de alocação das famílias que, em função da precariedade de suas instalações, tem negados seus direitos sociais básicos como água, alimentação, moradia etc.

Uma portaria publicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) é motivo de comemoração para o povo Avá-Guarani. A portaria 1118/2018 formaliza a constituição do Grupo Técnico (GT) responsável por realizar os estudos para confirmar a identificação para delimitação das áreas de terras tradicionais reivindicadas numa luta histórica das comunidades indígenas do Oeste do Paraná. A portaria refere-se especificamente as Terras Indígenas Ocoy e Santa Helena, localizadas em áreas da Itaipu, nos municípios de São Miguel do Iguazu e Santa Helena.

Ainda em 2018 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ignorou o direito Constitucional sobre o pertencimento das terras tradicionais aos povos indígenas e assinou, no dia 5 de outubro, a determinação para retirada das famílias Avá-Guarani que retomaram a terra registrada em nome da Binacional, Tekoha Curva Guarani. A decisão do TRF4, solicitada pela Itaipu Binacional. A terra está localizada no município de Santa Helena (PR), na margem do reservatório. A reintegração de posse remete à alegação de que a ocupação indígena está em área de preservação ambiental. No julgamento em primeira instância, concedeu a liminar que autoriza a retirada dos indígenas. A Defensoria Pública da União (DPU) entrou com um agravo de instrumento no Tribunal Regional da 4ª Região em Porto Alegre pedindo a antecipação da tutela recursal para impedir a reintegração de posse.

As violações contra os indígenas da região extremo Oeste do Paraná foram documentas em maio de 2019 no livro **“Avá Guarani: A construção de Itaipu e os direitos territoriais”**²¹. Produzido pelo Ministério Público Federal, a pedido da Procuradora-Geral da República, a obra revela a maneira com que a ditadura militar brasileira tratou a questão indígena durante todo o processo de construção da hidrelétrica. O MPF concluiu que houve uma grande violação dos

²¹ ALCÂNTARA, Gustavo Kenner et al. (Org.). **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019. 185 p.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

direitos territoriais do povo Avá Guarani na construção de Itaipu. Essa violação foi constatada a partir da análise de ampla bibliografia, de relatórios e também por diligências.

Em guarani, a palavra “TEKOHA” quer dizer “**o lugar onde somos o que somos**”²². O significado dessa palavra vai além de uma questão territorial. A terra não é apenas o lugar onde pisamos, mas também onde seus costumes são desenvolvidos e preservados.

Na região oeste do Paraná além de terem seu território inundado e seu modo de vida profundamente impactado, constantemente enfrentam o questionamento de sua identidade étnica, usada para pôr em dúvida seu direito à terra.

A regularização da terra indígena em Santa Helena aguarda estudos de identificação e delimitação desde 2009. A demora ocasionou uma série de ocupações ao longo dos últimos anos em áreas de Santa Helena. O MPF defende que realização dos estudos traria não só benefícios para as comunidades indígenas, mas também segurança jurídica para todos os habitantes das áreas envolvidas.

Enquanto não realizada a demarcação, conflitos pela posse da terra estão todos os anos eclodindo na região, gerando risco para as comunidades indígenas. Não bastasse terem seu território inundado e seu modo de vida profundamente impactado, ainda enfrentam o questionamento de sua identidade étnica, usada para pôr em questão seu direito à terra.

Referências

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner et al. (Org.). **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019. 185 p.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 185-227.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz turi. Memória e ... d'Ecat. Grandes écoles et esprit de corps, Paris, Minit, 1989), PDF.
CACERES, Osvaldo Nelson Villasanti. **Os Impactos Causados Pela Construção De Itaipu Na Saúde Da Comunidade Avá Guarani De Oco'y**. Curitiba, 2017.

²² VERON, Valdelice **Tekombo'e Kunhakoty: Modo De Viver Da Mulher Kaiowa**. Brasília-DF, 2018.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

CARIGNANO, Júlio. Iminente despejo de famílias indígenas em Santa Helena

11 de março de 2019. Disponível em: <https://porem.net/2019/03/11/urgente-iminente-despejo-de-familias-indigenas-em-santa-helena/> Acesso em: 05/11/2019.

COLODEL, José Augusto. Obrages § Companhias Colonizadoras : Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992, p.

HAUPTMANN, Claudemir. Luta pelas terras indígenas no Oeste do Paraná tem avanço histórico para o povo Guarani. 14 de setembro de 2018 Disponível em: <https://porem.net/2018/09/14/luta-pelas-terras-indigenas-no-oeste-do-parana-tem-avanco-historico-para-o-povo-guarani/> Acesso em: 05/11/2019.

KOLING, Paulo José. Sujeitos E Práticas Sociais: Uma Abordagem Sobre A Organização E Resistência Dos Expropriados Da Itaipu. IN **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.**

LAINY, Lais. Dois anos para demarcar terras indígenas no Oeste. 28/12/2017. Disponível em: <http://www.catve.com/portal/noticia/2/203368/dois-anos-para-demarcar-terras-indigenas-no-oeste---por-lais-lainy/> Acesso em: 07/11/2019.

O Brasil Indígena (IBGE). Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge/> Acesso em: 07/11/2019.

RIBEIRO, Darcy. Culturas e línguas indígenas do Brasil. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

VERON, Valdelice Tekombo'e Kunhakoty: Modo De Viver Da Mulher Kaiowa. Brasília-DF, 2018. Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT) Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34048/1/2018_ValdeliceVeron.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**ANTICOMUNISMO, AMERICANISMO E DEMOCRACIA NA IMPRENSA BAIANA
(1945-1947)**

Roberta Lisana Rocha Santos²³

Palavras-chave: Anticomunismo. Autocracia burguesa. Jornais.

Introdução

A proposta aqui apresentada versa sobre o anticomunismo, no jornal da capital baiana, *A Tarde*, ao longo do período de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB), que durou entre 1945 a 1947. De antemão, é importante salientar que este trabalho é fruto de algumas conclusões oriundas da pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos de 2015-2017²⁴ e inquietações decorrentes da pesquisa de doutorado, iniciada este ano de 2020.

Através da análise das publicações do jornal, busco perceber a ação intelectual desenvolvida por este jornal na defesa de projetos políticos para a Bahia. Busca-se ainda, compreender o caráter de classes desempenhado pelo jornal, na pregação anticomunista, para a sedimentação de uma democracia autocrático burguesa, no imediato pós-guerra. As hipóteses que orientam a pesquisa partem da perspectiva que ao longo do período convencionalmente chamado “intervalo democrático” o jornal *A Tarde* difundiu valores e visões de mundo marcadamente anticomunistas, esse veículo por sua vez esteve a serviço de frações de classe da burguesia baiana, na construção de uma base ideológica sólida, pautada numa suposta democracia de cunho autoritário, cujo desfecho foi o golpe empresarial militar de 1964.

São vários os debates e discussões que buscam dar conta da imperiosa necessidade em analisar o anticomunismo no cenário político brasileiro,²⁵ especialmente, aquele que se

²³ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: roberta.lisana@hotmail.com.

²⁴ Cf. SANTOS, Roberta Lisana Rocha. **Os ditadores da democracia: A Tarde, Diário de Notícias e o Anticomunismo na Bahia (1945-1947)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História. Feira de Santana, 2017.

²⁵ Cf. SILVA, Carla Luciana. **A onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos de Guerra Fria: o anticomunismo sobre o olhar norte americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda**



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

desenvolveu no país ao longo dos anos de 1930 e 1960 e que deu sustentação aos golpes de 1937 e 1964. É fato que no período posterior a Segunda Grande Guerra, o cenário nacional agregava um elemento particular, conforme sinaliza o linguista Silvio Elia: “A grande novidade do tabuleiro político nacional é o aparecimento de uma nova peça cujo valor ofensivo está agora sendo posto à prova. Refiro-me ao Partido Comunista do Brasil (Por que não “brasileiro”?)”²⁶. A matéria em questão sinaliza a peculiaridade daquele momento em relação aos anteriores, pela primeira vez na história do país os anticomunistas lutavam contra um “inimigo” concreto, o PCB atuando em plena luz do dia e sob proteção legal. A segunda questão, e que não traz nenhum ineditismo, tendo em vista que compôs os mais variados discursos em diferentes momentos da história do anticomunismo no Brasil, é o tratamento dispensado a legenda comunista, vista como uma agremiação atrelada aos interesses antinacionais.

Metodologia

A principal fonte documental para esta pesquisa são os arquivos do jornal *A Tarde*, especificamente, as publicações entre os anos de 1945-1964. O acesso e análise desse material foram realizados parcialmente ao longo do mestrado, cujo enfoque esteve nas publicações que tratavam de temas como comunismo/anticomunismo, americanismo, democracia e liberalismo.

A pesquisa nos jornais é aqui fundamental tendo em vista que através dela podemos mapear as figuras que escreviam para o jornal e o teor dos debates anticomunistas travados no mesmo. De outro lado, a pesquisa no jornal possibilita comparar as publicações elaboradas por

Contra o Perigo Vermelho. São Paulo: Perspectiva, 2002. DUTRA, Eliana Freitas. **O ardil totalitário:** imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro. Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. Podemos citar ainda, alguns trabalhos que centraram suas análises sobre o anticomunismo na Bahia. Cf. ALVES, Cristiano Cruz. **Um espectro ronda a Bahia:** o anticomunismo da década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História. Salvador: 2008. LIMA, Aruã Silva de. **Uma democracia contra o povo:** Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História. Feira de Santana, 2009. MOREIRA, Bruno de Oliveira. **De heróis a tiranos:** jornal *A Tarde*, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2010.

²⁶ ELIA, Silvio. O PCB. *Diário de Notícias*. Salvador, 13 de janeiro, 1946. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Sessão Periódicos Raros. Acervo Jornais.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

jornalistas locais e aquelas que eram enviadas por correspondentes estrangeiros, ou ainda por agências internacionais de notícias.

A pesquisa com as fontes vem sendo realizada através de uma interlocução entre as publicações dos jornais e o conceito de autocracia burguesa, de Florestan Fernandes. Tendo em vista que as hipóteses levantadas na pesquisa tem como centro de análise o papel desempenhado pelos jornais aqui analisados na consolidação e formatação de um modelo de democracia que é em sua essência autocrática burguesa.

De outro lado, essa pesquisa também se propõe a analisar a ação intelectual exercida por um veículo da comunicação baiana na difusão de valores e visões de mundo marcadamente anticomunista, o que implica analisar sujeitos históricos, mas não dentro de uma subjetividade. Logo, uma análise amparada na categoria da totalidade é aqui fundamental.

Partindo desta perspectiva, analisar a ação intelectual de um jornal de um Estado de influência mediana no âmbito federativo de um país periférico implica necessariamente pensar esse objeto contra o pano de fundo da vida da qual ele não pode ser separado, portanto, aquilo que se processou no cenário nacional e internacional, ao longo do período em estudo.

Resultados esperados

A questão do anticomunismo, do americanismo e da democracia ocuparam posições privilegiadas no jornal *A Tarde* e em outros veículos da comunicação baiana, ao longo dos anos de 1940. É fato, que pensar o anticomunismo disseminado em jornais baianos em meados do século XX, não se encontra dissociado de pensar a intensificação das campanhas anticomunistas, tanto em escala nacional quanto internacional.

Assim como os acontecimentos que marcaram a Segunda Guerra ocuparam espaços privilegiados nas páginas da imprensa, as tensões e hostilidades que caracterizaram o início da Guerra Fria também ocupariam lugar de destaque nos organismos de notícia. Além disso, não tardaria muito para que os jornais deixassem em evidência a posição que assumiriam ante o conflito entre as duas maiores potências mundiais, daquele período (URSS e EUA).

Na Bahia, os veículos de comunicação, seguindo as tendências daquilo que era publicado internacionalmente, eram unânimes em retratar as similaridades entre o regime que



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

vigorou na Alemanha e aquilo que se processava na URSS. Os jornais começaram a defender que a vitória ocasional do comunismo sobre o nazi-fascismo não implicava em mudanças substanciais para o futuro mundial, tendo em vista o caráter do regime soviético.

Os jornais também publicavam matérias que iam tanto no sentido de exaltar os Estados Unidos e o seu sistema de governo, quanto, desqualificar o comunismo e a URSS. Os jornais começam a defender também a inconstitucionalidade do comunismo no Brasil.

Em relação ao próprio PCB até o ano de 1942, os jornais baianos deram alguma voz aos comunistas. Isso ocorreu tanto em decorrência da vitória da URSS na guerra, quanto da própria linha política adotada pelo PCB de União Nacional. Em Salvador, ainda em meados de setembro de 1945 iniciaram-se os primeiros confrontos de rua entre comunistas e anticomunistas. A imprensa por sua vez, escrevia seus artigos de modo a não deixar dúvidas quanto à posição que defenderiam dali por diante.²⁷

A partir de então os jornais baianos que até ali deram voz a membros do PCB, passaram a divulgar em suas páginas textos e notícias cuja finalidade era desqualificar a atuação da legenda perante a opinião pública e situá-lo politicamente como um partido antinacional, cujos objetivos consistiam em atender os interesses do “imperialismo” soviético contra os nacionais.

Um dado interessante também, é que embora os jornais baianos, especialmente, o *A Tarde*, desde o final da Segunda Guerra tenham aberto espaço em suas páginas para debates explicitamente comprometidos com a causa anticomunista, em alguns momentos foram concedidos espaços para posicionamentos críticos à severa violência com que estavam sendo tratados os comunistas brasileiros. É o caso do artigo escrito pelo jurista Hermes Lima, fundador da UDN e vinculado à ala da Esquerda Democrática, publicado ainda em agosto de 1945, no jornal *A Tarde*,²⁸ momento em que se iniciam os primeiros confrontos contra os comunistas no âmbito do processo de “democratização”.

²⁷ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009, p.244.

²⁸ LIMA, Hermes. A liberdade em perigo. *A Tarde*, Salvador, 11 de ago. 1945. Centro de Memória da Bahia/Fundação Pedro Calmon.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Para Lima, nos moldes em que a campanha anticomunista estava sendo ressuscitada, ela exprimia acima de tudo um instrumento contrário ao sistema democrático, uma vez que se constituía uma campanha contra certas ideias e determinadas concepções políticas que, caso fosse vitoriosa, abriria caminho para a censura explícita. O fato, é que o caminho para a censura já estava aberto e poderia ser sentido junto aos movimentos sociais empreendidos pela classe trabalhadora que ao longo do século vinha sendo excluída da vida política e social.²⁹

Por fim, observamos o modo como os jornais se portaram após os comunistas serem novamente lançados na clandestinidade. Mesmo com a proscricção do PCB, os veículos baianos mantiveram o embate contra os comunistas, mas, desta vez, trazendo como centralidade ataques contra a URSS ou contra personagens que “supostamente” tivessem vinculações com o comunismo. O que aponta que o combate ao comunismo travado na imprensa baiana, não era exclusivamente contra a legalidade ou não do PCB, e sim contra o acirramento da luta de classes.

O estudo dos jornais baianos tem permitido ver de perto aquilo que parece ser um paradoxo, ou seja, como, sob aclamações à democracia, se amadurecia o consenso em torno do anticomunismo. As pistas para resolver esta questão encontraram-se no fato do regime implantado em 1945 ter se constituído um campo aberto à luta política onde o que estava em jogo, para os grupos sociais aos quais os jornais aqui estudados se vinculam de muitos modos, era a garantia de um projeto de poder que trazia como exigência o silenciamento e a marginalização dos comunistas e a estreita vigilância e restrição de espaço para as lutas sociais, portanto, trata-se de um regime autocrático burguês.

Referências

ALVES, Cristiano Cruz. **Um espectro ronda a Bahia**: o anticomunismo da década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História. Salvador: 2008.

DUTRA, Eliana Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro. Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

²⁹Idem.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

LIMA, Aruã Silva de. **Uma democracia contra o povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História. Feira de Santana, 2009.

MOREIRA, Bruno de Oliveira. **De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos de Guerra Fria: o anticomunismo sobre o olhar norte-americano (1945-1964).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

SANTOS, Roberta Lisana Rocha. **Os ditadores da democracia: A Tarde, Diário de Notícias e o Anticomunismo na Bahia (1945-1947).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História. Feira de Santana, 2017

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948.** São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Carla Luciana. **A onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

**REVOLUÇÃO BURGUESA, AUTOCRACIA E HISTÓRIA: A TRANSIÇÃO
CONSERVADORA REVISITADA**

Samuel Fernando da Silva Junior³⁰

Palavras-chave: Autocracia burguesa. Revolução burguesa. Transição conservadora.

Introdução

Pensar a transição política no Brasil, objetivando avançar para além dos fenômenos conjunturais da década de 1980, implica, teórica e metodologicamente, analisar o processo de forma histórico-estrutural. É partir desse prisma que, a nosso ver, podemos escrutinar as determinações mais profundas apresentadas durante o longo processo de transição no Brasil (1979-1989). Dentro desse itinerário de pesquisa, dois elementos se colocam como fundamentais para entendermos as possibilidades e limites que perpassaram e coroaram a transição conservadora, são eles: a autocracia burguesa e a revolução burguesa no Brasil. Dessa acepção, decorre que a luta de classes no Brasil, particularmente no processo de transição pesquisado por nós, deve ser entendida globalmente nos eixos balizadores da autocracia burguesa, isto é, primeira e fundamentalmente, a posição dependente que o Brasil ocupa no cenário do capitalismo mundial. O corolário do lugar em que o País ocupa no cenário internacional se apresenta quando percebemos o posicionamento antipovo da burguesia brasileira e a vitalidade da contrarrevolução preventiva, os quais são funcionais não só para a continuidade da dominação burguesa, mas igualmente para a manutenção do domínio imperialista no Brasil. Não obstante, percebemos que ao pensar a revolução burguesa não devemos desvinculá-la do modelo autocrático burguês de transformação capitalista. Ou seja, a revolução burguesa brasileira é, *mutatis mutandis*, a operacionalização da própria autocracia burguesa. Para pensar sobre a primeira é necessário levar em consideração a segunda. Portanto, nosso objetivo é mostrar, ainda que telegraficamente, como a autocracia burguesa e a revolução burguesa se colocam vivamente no processo de transição e como, a partir delas, o pacto social

³⁰ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: samuellfrnd@gmail.com.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

se coloca como a saída da autocracia e a consolidação da revolução burguesa no Brasil durante o desfecho da transição.

Metodologia

A metodologia aplicada ao objeto ora pesquisado por nós está dentro da conformação geral do método dialético, legado por Marx e Engels, e, particularmente, no campo da História, enquadrada naquilo que E. P. Thompson entendeu como “lógica histórica”, (THOMPSON, 1981, p. 47-61) isto é, em um contínuo diálogo e relação entre teoria e evidência. É a partir de uma determinada teoria e uma soma de objetivos pautados, em maior ou menor grau, nas fontes históricas, que um conjunto de questionamentos e hipóteses podem ser levantados. A teoria, os objetivos, as fontes e as hipóteses, nessas correlações, necessitam estar conformadas dentro desse quadro geral, de tal forma que a materialidade e a historicidade possam ser construídas a partir das sucessivas correlações estabelecidas no processo de investigação.

Discussão

Nos últimos tempos, muito se discute acerca da vitalidade histórico-conceitual da autocracia burguesa enquanto chave explicativa das contradições que batem em nossa porta. No entanto, uma parte dessas discussões que utilizam a autocracia como premissa, não busca escrutinar o real alcance explicativo do conceito, reduzindo-o a uma manifestação particular de um específico período histórico (somente à ditadura, por exemplo), confundindo a autocracia enquanto uma manifestação meramente conjuntural, tampouco busca problematizar a historicidade na qual o conceito está enraizado historicamente. Em todas essas crescentes discussões, o que fica é a seguinte dúvida: afinal, o que é autocracia burguesa?

Primeiramente, entendemos que a utilização da autocracia como premissa não impede que haja avanços consideráveis na pesquisa. Atualmente, o caso mais emblemático dessa profícua incorporação são os trabalhos de metrado (MACIEL, 2004) e doutorado (MACIEL, 2012) do historiador David Maciel, nos quais é possível compreender como a autocracia atua por meio do aparelho estatal e da luta política durante e após a ditadura, obstruindo o espaço da luta de classes, mas não negando-a.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

A dramaticidade da autocracia burguesa pode ser entendida mais a fundo a partir do momento que compreendemos as determinações históricas do capitalismo dependente no Brasil. A manutenção dessa posição, extremamente funcional tanto para a burguesia interna como para o imperialismo (porque dificulta a perspectiva da revolução mundial a partir da periferia do capitalismo), implica em uma atuação social da burguesia completamente avessa a qualquer possibilidade de avanço no campo democrático. A democracia de massas, ou a chamada “democracia pluralista” (elementos da democracia burguesa clássica), não tem espaço, ou, quando muito, é limitada na autocracia burguesa, o que incide na larga utilização de dispositivos coercitivos no trato das questões sociais.

Como para Florestan Fernandes o subdesenvolvimento não é uma etapa do capitalismo, mas sim um produto social e civilizatório objetivado pelo capitalismo dependente, está claro que o desenvolvimento decorrente dessa estrutura social é *difícil*, de tal maneira que o desenvolvimento capitalista brasileiro – autocrático – deve ser entendido, não como desenvolvimento no sentido usual da palavra (como em países capitalistas onde ocorreram acumulações primitivas, dos quais a relação entre burguesia e desenvolvimento capitalista é possível extrair uma identificação histórica, a despeito das sérias consequências sociais que marcaram os processos de acumulação de capital), mas na acepção particularizada do capitalismo dependente, cunhada por Florestan como *transformação capitalista*.

O corolário deste tipo de desenvolvimento, está no fato da extrema limitação no alcance social e, portanto, universal. É uma forma de desenvolvimento cuja integração social permanece histórica e qualitativamente limitada e na qual o desenvolvimento em seu sentido pleno só é realmente perceptível em determinadas ilhas sociais nos espaços urbanos e rurais. A coexistência, num mesmo perímetro urbano, do atraso social e de seu aspecto mais avançado em termos civilizatórios, é a expressão máxima das contradições da transformação capitalista.

O Estado acaba por ter uma função peculiar e fundamental na constituição e manutenção dessa forma particular de desenvolvimento capitalista. O poder político busca incessantemente conciliar os interesses arcaicos e modernos da classe dominante e suas frações, mas também conciliar esses interesses com o imperialismo, tornando o Estado como o principal dínamo do



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

poder burguês. Em outras palavras, o Estado em seu sentido integral ou ampliado é central para descortinar o verdadeiro fulcro político da autocracia burguesa.

O Estado autocrático burguês difere da convencional democracia burguesa pelo fato desta última aceitar os trabalhadores enquanto sujeitos políticos nos marcos da ordem burguesa. Nos marcos do Estado autocrático burguês, a ação política dos trabalhadores fica restrita ao radicalismo burguês, por exemplo, durante o período populista ou durante a transição capitaneada pela oposição burguesa cuja moderação foi o símbolo político de Tancredo Neves. Quando os trabalhadores surgem na história como alternativa autônoma civilizatória, a cooptação, o transformismo, a anomia ou a amorfia política operam como dinamismos que aplacam o impulso dessa alternativa.

O que queremos pontuar de fundo, é que a autocracia burguesa não elimina a luta de classes, tampouco a luta política, simplesmente porque sem luta de classes não há história. O detalhe que a autocracia traz para essa compreensão se refere a presença da classe trabalhadora a reboque das frações burguesas mais radicalizadas que atuavam (e atuam) para dinamizar os impulsos modernizadores que o capitalismo dependente carrega. Nesse sentido, há uma inserção subordinada da classe trabalhadora e da sua representação política na luta de classes.

Todos esses elementos, segundo Florestan Fernandes, dizem respeito à *revolução dentro da ordem*, entretanto, os limites impostos pela autocracia são estreitos de tal forma que levar a cabo determinadas tarefas históricas próprias da burguesia (como a reforma agrária, a reforma urbana, a defesa de ampla oferta de serviços públicos, a democratização das instituições políticas decisórias etc.) pode significar uma *revolução fora da ordem*. Isso se torna compreensível quando notamos que essas tarefas democráticas são historicamente vinculadas à burguesia cuja revolução decorreu em seu sentido clássico, levando o antigo regime a seu termo.

Em suma, as tarefas históricas de uma burguesia clássica não são as mesmas de uma burguesia forjada tardiamente no plano do capitalismo mundial – dentro de um cenário claramente contrarrevolucionário, se pensarmos que a burguesia brasileira começou a ganhar corpo somente no último quartel do século XIX – e, principalmente, forjada sobre a exploração da força de trabalho escravizada.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

*

Um dos avanços da pesquisa no sentido de compreender o enraizamento histórico da autocracia burguesa no Brasil, se deve à compreensão na qual a autocracia não é um fenômeno cuja manifestação ocorre somente no âmbito do Estado e na luta política.

Em obras que não trabalharam com a autocracia burguesa enquanto eixo explicativo (até porque seu desenvolvimento conceitual ocorreu somente na primeira metade da década de 1970), como Octavio Ianni (1963), Caio Prado Júnior (1966 [2014]), Celso Furtado (1959 [2007]) e as primeiras obras de Fernando Henrique Cardoso (1962 [2003] e 1964 [2020]) é possível notar a presença avassaladora da autocracia assentada nas relações de produção, isto é, nas relações sociais entre trabalho e capital. As relações de produção se caracterizam por uma série de elementos extraeconômicos de dominação de classe operados no Brasil, como o paternalismo, o mandonismo, a posse do trabalhador e não da força de trabalho. Ou seja, características extraeconômicas que são, de fato, um dos principais legados do período escravocrata.

Os referidos elementos são endossados pela *tutela* operada a partir das classes dominantes sobre a nascente classe trabalhadora, negando, de forma veemente, a independência da classe, de tornar-se um sujeito político autônomo.

É por meio desse fio que falar de autocracia burguesa é falar de revolução burguesa. Seu desdobramento maduro se refere a incompletude da integração social, cuja ordem social competitiva (FERNANDES, 2005) fica restrita ao âmbito dominante que, por sua conformação autocrática, nega a integração das classes subalternas ao jogo político não só do ponto de vista institucional, mas também do ponto de vista da luta de classes. Quando ocorre certa integração do ponto de vista institucional acaba espalhando na “democracia por cooptação”, permitindo apenas inserções moleculares das pautas políticas dos trabalhadores, isto é, a esterilização do conteúdo democratizante preconizado pelos trabalhadores na luta política. Em suma, se configura numa inserção tutelada, mantendo a classe trabalhadora a reboque da burguesia, obstruindo, dentro do possível, a construção de uma alternativa realmente independente da classe trabalhadora. Nesse caminho, percebemos, por exemplo, que a democracia racial de Gilberto Freyre (1933) opera no sentido da deslegitimação da independência dos subalternos,



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

constituindo-se numa defesa da harmonia social tutelada pelos senhores. Essa análise de Freyre é representativa não só da visão dos senhores de escravos no período do escravismo, mas também da burguesia de seu tempo, no limiar século XX.

A revolução burguesa se consolida com a incompletude da integração social das camadas populares, seja do ponto de vista político de classe (da classe para si, de uma alternativa independente), seja do ponto de vista da integração do negro, das mulheres etc. Saffioti, em sua tese de livre-docência, *A mulher na sociedade de classes* (1967), desenvolve a tese na qual a integração da mulher, nessa conformação social capitalista, é parcial, inconclusa e incompleta.

Portanto, a revolução burguesa no Brasil consolida aquilo que o Florestan Fernandes denominou de “circuito fechado” (FERNANDES, 2010), isto é, uma equação metafórica prevalecente graças ao caminho adotado pela revolução burguesa, avesso às reformas e ao efetivo processo de democratização, pois o espaço de contestação dentro da ordem é exíguo e limitado. “Na realidade... todas as correntes conservadoras, religiosas, ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, científicas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindicuem, façam política e criem uma verdadeira democracia”. (KONDER, 1979, p. 4)

**

Esses elementos levantados por nós são fundamentais para pensarmos a transição, pois, do nosso ponto de vista, é o desfecho da transição e, por sua vez, do “pacto social” – expressão do programa político da Aliança Democrática, compactuado pelos setores dissidentes do PDS e pela ala moderada do PMDB –, que imprimem a solução em estágio avançado da revolução burguesa no Brasil. Pela limitação do texto, não teremos como analisar os pontos específicos do “pacto social”, mas tão somente fazer rápidos apontamentos da relação existente entre a autocracia burguesa e o referido pacto na transição.

Para nós, é na transição que ocorreu um profundo processo de absorção da possível democracia de massas colocada como possibilidade no ciclo de ascensão da classe trabalhadora (período compreendido desde irrompimento das greves do ABC, em 1978, até o desfecho do



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

movimento pelas Diretas Já, em abril de 1984). Consolidado esse processo, tivemos a abertura de um novo período de democracia por cooptação característico da Nova República.

O lento processo de incorporação e absorção social operacionalizado pelo regime ditatorial, de um lado, e pela oposição burguesa ao regime (principalmente pela ala moderada do PMDB), de outro, foi imprescindível para o sucesso do pacto social vocalizado pela Aliança Democrática no processo de transição.

A construção do pacto social não esteve acima da luta de classes, mas se definiu por meio dela. Wanderley Guilherme dos Santos demonstra claramente como ocorreu esse processo a partir da política de descompressão do regime ditatorial que “deve ser uma política incrementalista, isto é, implementada por aproximações sucessivas, provocando modificações marginais no estado de coisas preexistentes. Quer isto dizer que se trata de uma política de avanços moderados, introduzindo-se uma inovação de cada vez, enquanto se mantém sob controle o resto do sistema [...] Daí que: liberdade de imprensa, *habeas corpus*, regime eleitoral, regime partidário, mecanismo sucessórios, etc., sejam problemas que devem ser tratados separadamente, atacando-se um apenas quando o anterior já tenha sido resolvido e absorvido [...] Quer isto dizer que a política de descompressão, ao renunciar aos instrumentos genéricos de coação (atos, cassações, censura, etc.), precisa substituí-los por instrumentos específicos de coerção, que obriguem as áreas liberadas a não extravasarem os limites da descompressão planejada, e isto com a mesma agilidade e velocidade com que o extravasamento tende a ocorrer” (SANTOS, 1979, p. 153,154 e 156).

O pacto social, em uma sociedade autocrática, se coloca, portanto, como a saída possível dentro dos marcos da autocracia burguesa. Observado enquanto um programa político da burguesia em tempos de crise de hegemonia, ou crise orgânica, elementos característicos da transição, conseguimos encontrar no pacto social vários elementos que representam a relação tutelada das classes sociais, por exemplo, a preconização da harmonia entre capital e trabalho, como também elementos da própria autocracia burguesa, principalmente no diz respeito a sua formatação geral antipopular. Portanto, o “pacto social” na transição se mostra como um projeto político de dominação que pode ser analisado em três frentes: como tentativa de harmonização



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

(leia-se, tutela da classe dominante) entre capital e trabalho; como apaziguamento da luta de classes; e como incorporação, absorção e cooptação de setores políticos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

_____. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Ed. Globo, 2010.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

KONDER, Leandro. “**Unidade da direita**”, *Jornal da República*, nº 22, São Paulo, 20 de setembro de 1979.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Poder & política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

MÍDIA, CONSENSO E MEMES

Vanile Cassimiro da Silva³¹

Palavras Chave: Memes. Mídia. Consenso. Redes sociais. Anticomunismo.

Introdução

O uso do humor tem se ampliado nos últimos anos, assim como tem transformado os modos de manifestação e atuação política, acompanhado pelo processo de ampliação da utilização das novas tecnologias de informação, sendo ele uma linguagem constantemente presente nas redes sociais. Ao pesquisar a disseminação de discursos anticomunistas por meio de recursos humorísticos nas redes sociais, encontramos mais do que brincadeiras ou piadas sobre política, mas também sujeitos e instituições que atuam ativamente manifestando e expondo suas visões de mundo, seja através da produção de um *meme* ou pelo compartilhamento desse conteúdo³². Nesse sentido, isso faz com que diferentes questões surjam no decorrer do processo de pesquisa, sendo essas: quais são os valores e sentidos que estão sendo repassados através desses conteúdos? Quais memórias estão sendo construídas e disputadas? O que motiva atuar politicamente pelas redes sociais? Essa prática possui efetividade? Esses são os incômodos iniciais, dos quais pretendemos aprofundar no decorrer da pesquisa do mestrado e trazer parte desse debate para este trabalho.

Nesse sentido, estamos nos propondo a investigar se os conteúdos produzidos e compartilhados por meio de *memes* podem ser considerados capazes de produzir e reproduzir consenso, assim como de propor convencimento a partir de uma demanda de interesses específicos, além disso, visamos mapear as técnicas discursivas empregadas na produção de *memes* anticomunistas. A investigação é perpassada por outro aspecto importante a ser

³¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação: História, Poder e Práticas Sociais, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: vanilecassimiro@gmail.com

³² As redes sociais se caracterizam por ter uma dinâmica em que o sujeito pode ser tanto produtor como receptor de conteúdo.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

pontuado, qual seja, buscar entender essa nova mídia, atentando-se para o estabelecimento de novos espaços de trocas que trazem notícias, textos escritos, imagens e vídeos, dos quais as pessoas não só recebem, mas também produzem informações, o que nos permite analisar as ponderações, contradições, sentimentos e valores dos sujeitos, juntamente com intuições que atuam através dessas.

Nesses termos, indagamos quais os elementos que mobilizaram a retomada de um discurso anticomunista, no período aqui investigado, visto que durante um tempo significativo não se expressavam discursos acerca do “perigo comunista” ou, até mesmo, sobre a necessidade de combatê-lo. Os *memes* que utilizamos na pesquisa são, em sua grande maioria, difundidos por perfis que se caracterizam como “organização política, liberais, anticomunista, apartidários ou humoristas” que compartilham e produzem conteúdos voltados para o discurso anticomunista. O objetivo desse trabalho é de produzir uma análise acerca da disseminação de discursos anticomunistas na sociedade brasileira, propostos através do humor (*memes*) nas redes sociais, entre os anos de 2014-2019.

Metodologia

Conforme já brevemente indicado, a proposta é de investigar a disseminação de discursos anticomunista no Brasil, propostos através de *memes* no período de 2014-2019. Desse modo, entendemos que os *memes*, aqui elegidos como fontes, permitem pensar os interesses e ideologias presentes na disputa de classe, podendo ser chave de acesso das representações sociais e visões de mundo em disputa, visto que as redes sociais reproduzem os conflitos de classe, dos quais não estão descolados da realidade concreta. Afinal, esse instrumento vem se mostrando como um conjunto de elementos digitais capazes de mobilizar e despertar para ações práticas.

Ao investigar a instrumentalização do humor nas redes sociais, buscamos colocar em evidência como se dá o processo de capilarização dos discursos anticomunistas propostos através de *memes*. Para isso, estamos partimos dos apontamentos feitos pelo psicanalista Sigmund Freud, em seu livro *Os chiste e sua relação com o inconsciente* (1905), no qual o autor

**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

buscou compreender os processos psíquicos vinculados as formulações dos Chistes³³, bem como as técnicas empregadas nesse processo. Segundo Freud (2017, p.216). “Se ao processo do chiste será dada ou recusada a atenção é algo que dependerá da compatibilidade ou contradição entre as tendências do chiste e a série de pensamentos predominante no ouvinte”.

A partir dessa colocação, propomos analisar o que autor denomina de compatibilidade e contradições nos sujeitos que interagem com os *memes* divulgados na rede social Facebook, para isso, trabalhamos com levantamento de dados tais como: número de compartilhamentos, número de reações e os comentários que o *meme* recebeu, dos sujeitos que interagem com conteúdo divulgado, pela página investigada. Podemos visualizar, com os resultados dos dados levantados, a efetividade desse *meme*, além de sua capacidade de mobilizar ações conectivas com o público que o recebe. Conforme podemos observar:

Likes	295
Raiva	6
Amei	6
Riso	296
Triste	2
Surpreso	1
Choro	2
Compartilhamentos	611
Comentários	21
Total de interações	1.240



Fonte: (COMUNISTA, 2019)

³³ O conceito chiste é de difícil tradução, mas ele estaria ligado ao espírito virtuoso, piadista ou de gracejo dos sujeitos que os formula.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Desse modo, a efetividade dos *memes* perpassa pelo o que estamos compreendendo como mecanismo de identificação, conforme pontado por Freud (2017). O autor estabelece que “[...] cada chiste demanda assim seu próprio público, e rir do mesmo chiste é uma prova de grande compatibilidade psíquica” (FREUD, 2017, p.215). Ou seja, sua compatibilidade ou contradição depende do discurso que será apresentado ao sujeito, juntamente se esse compartilha dos valores e visões de mundo do produtor deste *meme*, o que se vincula diretamente as relações e processos sociais.

Ressaltamos ainda, que a partir da proposta metodológica desenvolvida por Mariani (1998), buscamos produzir uma amostragem em relação aos principais discursos/tema divulgados pelos *memes* anticomunistas, na tentativa de perceber o que a autora caracterizou como ‘produção discursiva de sentidos’, pois, mais importante do que a investigação das compatibilidades, acerca do discurso proposto, faz-se fundamental investigar as práticas discursivas utilizadas na produção das narrativas dos *memes*.

Resultados

As indagações nesse texto são maiores do que as respostas completas, o que expressa justamente os desafios que está análise abarca, seja no lidar com uma fonte tão volátil, ou aos incômodos que nos propomos a responder. De todo modo, muitas questões estão abertas para serem problematizadas e permitem o debate.

Contudo, podemos apontar alguns resultados no que tange a utilização do humor como recurso discursivo, pois acreditamos que esse humor, presente nos *memes*, está diretamente atrelado ao processo social, assim como ao processo psíquico, capaz de ressignificar experiências trágicas, de expressar resistência a repressões sociais, além de exteriorizar preconceitos que são socialmente condenados, no qual sugere a produção de identificação sobre determinadas visões de mundo. Acreditamos que a produção de *memes* é capaz de mobilizar um imaginário acerca do comunismo, como também de insinuar, por meio da linguagem humorística, ações de rivalidade, podendo chegar até aquelas de cunho fascista.

Portanto, pretendemos seguir avançando na investigação no que se refere a historicidade do uso do humor como recuso na imprensa, levando em consideração o uso de



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

charges, cartuns, caricaturas, etc. além de analisar seu papel ideológico e persuasivo, enquanto recurso comunicativo nos mais diversos contextos políticos e sociais.

Referências

FREUD, Sigmund. **O Chiste e sua relação com inconsciente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Editora Renan, 1998.

COMUNISTA DE IPHONE. Sessão Publicação. **Facebook**. 16/09/2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/525956044121728/photos/a.924579574259371/2639675119416466>. Acesso em: 28/09/2020.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

As universidades brasileiras na ditadura: um projeto autocrático de “desenvolvimento com segurança”

Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira³⁴

Palavras-chave: Universidade. Desenvolvimento com Segurança. Fundações de Apoio. Autocracia burguesa.

Introdução

Nesse texto apresentaremos algumas breves reflexões acerca do papel das universidades no período da ditadura civil-militar e exporemos duas hipóteses de pesquisa acerca das Fundações de Apoio que estão sendo desenvolvidas ao longo da pesquisa para o doutorado.

Nosso objetivo então será mostrar que as reconfigurações realizadas nas universidades no período da ditadura civil-militar estão intimamente articuladas com a forma como o Brasil fez sua transição para o capitalismo monopolista, de forma dependente e associada ao imperialismo.

Essas instituições foram reorganizadas por meio da institucionalização da Doutrina de Segurança Nacional, que se caracterizou como uma forma histórica de manifestação da autocracia burguesa no interior da instituição universitária. Essa doutrina combinava o binômio do “desenvolvimento com segurança”, que exigia sua tecnificação e uma maior associação entre ciência, tecnologia e instrumentalidade empresarial, por um lado, e uma participação política restrita aos considerados “iguais”, por outro. Assim, as instituições universitárias foram remodeladas na lógica autocrática da “democracia restrita” e da “modernização conservadora”.

Ademais, dentro desse processo autocrático de institucionalização do “desenvolvimento com segurança” na estrutura universitária, buscamos compreender o papel das Fundações de Apoio como um *locus* privilegiado de expressão das tendências sócio-históricas, já que muitas foram criadas dentro das instituições durante os anos 1970 e atualmente se tornaram uma das alternativas de terceirização da “gestão universitária” por meio do projeto Future-se.

³⁴ Doutoranda em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Técnica-administrativa em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: veribertelli@gmail.com



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Metodologia:

Dentre as muitas possibilidades de abordagem sobre a universidade brasileira no período da ditadura civil-militar³⁵, optei por discorrer sobre a temática a partir de dois elementos articulados e que considero bons pontos de partida para se pensar as universidades³⁶.

Refiro-me a analisar as universidades a partir do contexto sócio-histórico na qual ela estava inserida durante a ditadura, articulando simultaneamente com a forma como se expressava e se contestava essas tendências sociais internamente às instituições.

Nesse sentido, apresentaremos duas hipóteses de pesquisa relacionadas ao papel das Fundações de Apoio às Universidades que, por um lado, sugerem que sua criação responde às necessidades da transformação capitalista em curso no interior das instituições universitárias e, de outro, serviram como forma de organização desses setores alinhados às transformações em curso.

Discussão

Foi por meio do golpe de 1964 que se consolidou no Brasil um modelo autocrático de desenvolvimento capitalista, que diferente das revoluções burguesas clássicas dos países hegemônicos, não cumpriu com determinadas tarefas, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma democrática, etc. O que tivemos não foi uma revolução burguesa clássica, mas uma contrarrevolução preventiva. Nesse caso existe uma dissociação entre democracia e desenvolvimento capitalista, ou seja, um desenvolvimento capitalista autocrático (FERNANDES, 1976). Otávio Ianni (1984) faz a seguinte síntese: a história do Brasil em todas as suas formas históricas, desde a Independência, se processou como uma espécie de contrarrevolução permanente, com diferentes soluções autoritárias.

Nesse sentido, pretendo mostrar que o “desenvolvimento com segurança”, lema da Doutrina de Segurança Nacional, e que foi levado a cabo durante a ditadura foi a forma de expressão da autocracia no interior das universidades. Por um lado, exigia uma maior

³⁵ Algumas dessas questões foram apresentadas na dissertação de mestrado: OLIVEIRA, 2018.

³⁶ São pontos de partida que foram colocados por autores que são fundamentais para se pensar as universidades e que serão referência nesse texto: Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

associação entre ciência, tecnologia e instrumentalidade empresarial, e por outro, uma participação política restrita aos considerados “iguais”, uma democracia restrita.

O capitalismo monopolista exige novas funções do Estado, que é induzir e assumir os custos dessa transformação capitalista acelerada, garantir o desenvolvimento da infraestrutura (energética, financeira, viária, etc), consolidar o aparato de ciência e tecnologia para o processo de integração e adaptação tecnológica, garantir a formação de uma força de trabalho especializada, tudo isso, concomitantemente, garantindo um ambiente estável para os negócios (entenda-se, via repressão).

Esse processo não se deu sem contradições e disputas, o próprio período anterior ao golpe é extremamente rico em lutas sociais e organização popular. Existiam diferentes projetos em disputa. A luta pela reforma universitária encabeçada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) está associada a esse período de efervescência e às lutas pelas reformas de base desse período. As reivindicações estudantis, portanto, extrapolavam os muros da universidade e traziam como pano de fundo um projeto de democratização da universidade e de suas funções para o desenvolvimento de um projeto nacional.

Um exemplo é a Universidade de Brasília (UnB), criada em 1962 e baseada num currículo flexível e na interdisciplinaridade; na convivência no mesmo espaço entre estudantes e professores de diferentes cursos; com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e a extensão. Previa ainda a autonomia universitária em relação ao governo e a participação dos estudantes nos espaços deliberativos. Para isso era necessária toda uma infraestrutura, de uma editora, uma rádio, um museu, moradia até laboratórios e auditório, para citar alguns. Mas principalmente, segundo Darcy Ribeiro (1986), o entendimento de que a formação não deveria ser um ato de vaidade acadêmica ou fruição, mas com objetivo de pensar o Brasil como problema.

Um dos primeiros atos, após o golpe, em relação às universidades foi interromper esse projeto recém-constituído da UnB e extirpar o horizonte nacional-desenvolvimentista de dentro da universidade. Esse processo ocorreu em conjunto com o expurgo de quase 80% de seus professores.

Mas é importante assinalar que, a despeito do golpe de 1964 e a repressão aos setores do movimento dos trabalhadores rurais e urbanos, sindicatos, o fechamento da própria UNE e



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

a perseguição a alguns setores dentro das universidades, ainda assim continuaram as mobilizações estudantis em torno da reforma universitária, que prosseguiram até 1968, quando esse ciclo se encerra com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Isso é interessante para pensar uma instituição-chave como a universidade, que em determinados momentos pode ter mais ou menos autonomia em relação ao Estado, e que em determinados contextos pode inclusive antecipar certas tendências em disputa e irradiá-las para fora de seus muros. Portanto, é necessário evidenciar que a luta de classes também se desenrola dentro das universidades (MARINI, 1977; FERNANDES, 1975).

Portanto, por um lado, existiam as pressões do movimento estudantil pela democratização e modernização da universidade e, por outro, as necessidades da própria transformação capitalista em curso. O projeto então de “desenvolvimento com segurança” incorporou demandas do movimento, mas extirpando todos seus elementos democratizantes, esterilizando suas propostas, o que chamamos de “modernização conservadora”. Por outro, aplicou uma série de dispositivos repressivos para garantir o ambiente seguro para essa reconfiguração da universidade. Tanto a incorporação das demandas populares de forma esterilizada como a repressão são facetas da autocracia burguesa.

Sumariamente, entre os dispositivos repressivos podemos listar: o Ato institucional nº 1 e depois o AI-5, dentre outras legislações repressivas; a Operação Limpeza e as Comissões de Inquérito em 1964 e 1969, nas quais não existiam a ampla defesa; os expurgos diretos e indiretos (demissão, aposentadoria compulsória, abandono de cargo, abandono de curso, etc); a abertura de Processos Administrativos Disciplinares e Inquéritos Policiais Militares, além de intensa troca de informações entre as universidades e setores militares e de inteligência. Além disso, as delações, a cassação de mandatos estudantis, a intervenção nas entidades, a destituição de reitores, as invasões de *campi* e moradias estudantis, a criação de um braço do sistema de informações dentro das próprias instituições, com as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) vinculadas aos Serviço Nacional de Informações (o SNI), os militares e civis infiltrados, os colaboradores. Enfim, nas universidades se expurgou seus elementos mais radicais em relação ao avanço do processo de democratização, ao mesmo tempo que se buscou a



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

colaboração ativa ou passiva, uma suposta neutralidade científica em relação as questões políticas, ou ao menos a inatividade de outros setores.

Essa colaboração ou suposta neutralidade pode ser entendida como um outro lado desse mesmo processo: a consolidação de um sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. A universidade com ensino e pesquisa, com a pós-graduação, tal e qual temos hoje, com especialização, mestrado e doutorado foi constituída nesse período, assim como as bolsas via Capes e CNPq, as linhas de pesquisa, etc. Também era necessário o desenvolvimento da infraestrutura para a realização das pesquisas e assim foram construídos os *campi* universitários, com laboratórios e salas de aula.

Isso tudo requeria dinheiro. E o financiamento para construção da infraestrutura foi feito por meio de empréstimos realizados com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, via Banco Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo. E como contrapartida contratual eram definidas as áreas de conhecimento prioritárias, como ciências agrárias, ciências básicas e tecnologias.

As áreas prioritárias também estavam previstas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento do governo e nos editais de fomento. Portanto o aumento significativo de verbas para as universidades contribuiu para a colaboração de vastos setores das universidades no desenvolvimento das políticas de Estado - especialmente nos próprios órgãos de fomento à ciência e tecnologia e na criação desse sistema nacional, principalmente daqueles setores que encabeçaram as áreas definidas como estratégicas (LEHER, 2018).

Entre as novas necessidades dessa transformação capitalista estava a reivindicação da ampliação do acesso ao ensino universitário. Durante a ditadura houve um processo de massificação do acesso ao ensino superior, com a ampliação do número de matrículas que não foi acompanhada da correspondente contratação de técnicos e professores. Ou aspecto dessa mesma questão é que essa ampliação das matrículas foi expressivamente maior no setor privado. Em 1964 o setor público representava 60% das matrículas e apenas dez anos depois, em 1974, era o setor privado que correspondia a esses 60% de matrículas no ensino superior, tendência essa presente até os dias de hoje (MARINI, 1977). Aqui verificamos que a concepção



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

da educação como uma mercadoria já se impõe, e inverte-se a oferta da educação superior, majoritariamente, a partir de então, oferecida pelo setor privado.

Importante contextualizar que a ampliação do acesso fazia parte das lutas sociais referidas antes e que tem relação com um certo processo de industrialização, com o crescimento urbano e também a expansão do setor de serviços, verificado pelo menos desde os anos 1930, e com isso a formação de uma classe média que via na Universidade uma possibilidade de ascensão social.

Outra necessidade advinda desse processo era a formação de uma força de trabalho especializada para os diferentes níveis, os técnicos, os supervisores, os gerentes, etc. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo, alguns cursos foram demandados por setores empresariais, como o curso de Engenharia Eletro-Técnica e de Agronomia.

A necessidade de eletrificação do estado de Santa Catarina, levada a cabo pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), requeria a formação de engenheiros. Assim foi criado o curso de Eletro-Técnica em parceria com a Celesc, e criada também uma Fundação de Apoio da Engenharia em 1966, a FEESC, inicialmente para viabilizar a captação de verbas da Celesc para custear uma parte desse novo curso, e depois firmando diversos convênios com os setores empresariais, e que continua sendo uma das fundações de apoio da UFSC atualmente.

O desenvolvimento capitalista no campo, por exemplo, ao mesmo tempo em que introduziu novas tecnologias - seja com a mecanização, o melhoramento genético ou ainda na utilização em larga escala do uso de adubos e defensivos químicos -, manteve a estrutura fundiária concentrada baseada no latifúndio e exportadora de produtos primários. Era necessário então a formação de agrônomos, geneticistas, biólogos, só para citar alguns³⁷.

Outra área de atuação foi a organização da carreira docente, com extinção das cátedras e a contratação dos professores em regime integral e com dedicação exclusiva, o aumento do

³⁷ A tese de Rodrigo Molina (2016) se debruça sobre o papel das pesquisas, da assistência técnica e da difusão ideológica desempenhada pela Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) nesse processo.



Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020

piso salarial e um plano de carreira. Surge então o professor-pesquisador nas universidades públicas.

Então, retomando aqueles dois elementos que me guiaram nessa exposição, o que nós temos é a reestruturação das universidades, por meio de uma contrarreforma universitária. Em 1968 foi editada a Lei nº 5.540 que deu as diretrizes de reestruturação da universidade. Mas a contrarreforma é muito mais ampla do que essa lei, sendo composta por esse conjunto de medidas de modernização e de repressão, ou seja, o meio de adequar a universidade à transformação capitalista em curso.

Por meio do planejamento educacional, visava por um lado “despolitizar” a universidade e, ao mesmo tempo, prepará-la para atender aos planos e programas governamentais. Portanto todas as comissões criadas, nos marcos dos acordos entre o MEC e a agência estadunidense USAID, combinavam a necessidade da repressão, por um lado, ao de uma organização baseada na lógica empresarial, de outro, como o relatório de Rudolph Atcon, consultor da USAID e que assessorou o MEC, o relatório Meira Mattos e ainda os relatórios dos grupos de trabalho sobre a reforma universitária.

Esse processo de repressão ao lado de uma reestruturação administrativa foi acompanhado da necessária utilização de órgãos centralizados de decisão e administração, para coordenação e execução desses programas. No âmbito do conjunto das universidades brasileiras quem cumpria esse papel era o Conselho Federal de Educação e no âmbito de cada universidade as próprias reitorias.

Uma reorganização administrativa, portanto, que departamentalizava as universidades e cuja lógica era baseada na centralização das decisões políticas na reitoria, como preconizava a Doutrina da Segurança Nacional, garantindo, assim, um controle maior. Com uma orientação tecnocrática preconizada pela forma de gerenciamento da administração científica, a técnica sendo tratada como neutra, em oposição ao interesse político, com a divisão entre planejamento, por um lado, e a execução, por outro, com a padronização do trabalho, a simplificação e a racionalização, e com isso a conseqüente intensificação, produtividade e eficiência. Enfim, uma universidade pragmática e utilitarista.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Portanto, essa transformação capitalista trazia a necessidade de um conjunto de mudanças em todos os campos da vida social, inclusive no setor educacional. E as universidades foram reconstruídas, não sem contradições, a partir dessa orientação. Se a repressão foi largamente utilizada por meio de diferentes dispositivos, também tivemos uma ampla colaboração interna às universidades para que esse projeto se concretizasse. Não é possível pensar esse processo sem esses agentes no interior da própria universidade.

É nesse contexto que podemos pensar a criação das fundações de apoio nos anos 1970, a partir de iniciativas de dentro das próprias universidades, visando a captação de recursos e maior aproximação com o mercado.

Desde início dos anos de 1980, portanto, durante o processo de transição política, os setores vinculados às Fundações passaram a se organizar nacionalmente. No ano de 1988 ocorreu o VI Encontro Nacional de Fundações de Apoio, no qual foi criada uma entidade nacional de representação, o Conselho Nacional de Fundações de Apoio (CONFIES). Esse Conselho atua desde então defendendo os interesses das Fundações junto à Associação de Reitores, Congresso Nacional e nas próprias universidades públicas.

Tendo em vista as transformações pela qual as universidades passaram após 1964 e a criação das fundações de apoio demandada por setores internos às instituições, levantamos então duas hipóteses de pesquisa.

A primeira, que as fundações foram conformadas enquanto uma instituição indispensável para o capitalismo monopolista. Acreditamos que elas vêm reforçar esse modelo de desenvolvimento, porque por meio delas se estabelecem os nexos entre os setores universitários, os órgãos financiadores e os interesses empresariais. E como a maior parte dos financiamentos é oriundo do setor público, também são uma forma de apropriação privada dos recursos do Estado para setores empresariais particulares.

E a segunda hipótese, que as fundações têm sido espaço de organização e poder político de determinados grupos dentro da universidade, que disputam por dentro das instituições um projeto. Assim, podendo ser entendidas também como uma trincheira para cooptação de importantes setores universitários.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

Um indicador seria a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa e a Extensão Universitária (FAPEU), uma fundação da UFSC aprovada pelo Conselho Universitário em 1976, exatamente com objetivo de implantar um sistema de captação de recursos para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Quando foi criada, estava sob a direção do professor Colombo Machado Salles, que tinha sido governador de Santa Catarina entre os anos de 1971 e 1974 e autor do “Projeto Catarinense de Desenvolvimento – 1971-1974”, estreitamente alinhado com os Planos de Desenvolvimentos do governo federal do período. Nesse sentido, podemos explorar os nexos entre os setores empresariais (previstos no plano de governo), políticos e universitários.

Finalmente, outro elemento a ser melhor investigado é a atuação do CONFIES. Atualmente, o Conselho teve um papel relevante, trabalhando junto com a Andifes e alguns reitores para a inclusão das fundações de apoio ao projeto Future-se. Quando as demandas foram atendidas, ou seja, quando as Fundações se tornaram uma possibilidade para realizar o “contrato de gestão” para gerir as universidades, o CONFIES passou a ministrar palestras de como as universidades poderiam se organizar nessa nova realidade. Ao mesmo tempo, atuou desmobilizando as resistências, vide a posição de uma parte significativa dos reitores que passou a minimizar ou silenciou sobre o projeto, até então bastante combatido.

Referências:

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** SP: Alfa-Omega, 1975.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

_____. **O desafio educacional.** SP: Cortez: Autores Associados, 1989.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

MARINI, Ruy Mauro. **Os movimentos estudantis na América Latina**. 1970. Acessado em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/038_movimentos_estududiantis.pdf.

MARINI, Ruy Mauro, SPELLER, Paulo. **A universidade brasileira**. 1977. Acessado em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para Quê?** Brasília: Editora UnB, 1986.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli F. **A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto autocrático de “desenvolvimento com segurança”**. Dissertação de Mestrado: Unioeste, 2018.



**Anais III Colóquio de Pesquisa Estado e Poder
Tempos e Espaços de pandemia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
De 17 de setembro a 03 de dezembro de 2020**

REALIZAÇÃO

Linha de Pesquisa Estado e Poder

Grupo de Pesquisa História e Poder

Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

